Relatório Trimestral

2º TRIMESTRE 2024

Valores acumulados

PAO 2024-2026

Metropolitano de Lisboa

Índice

Sumário Executivo **2**
1. Atividade Operacional **3**
1.1. Procura 3
1.2. Oferta 3
1.3. Receitas 4
2. Gestão Económica e Financeira **5**
2.1. Análise de Balanço 5
2.2. Síntese de Resultados 8
2.3. Fluxos de Caixa 10
2.4. Modelo de Financiamento 11
2.5. *Stock* da Dívida 11
3. Cumprimento das Orientações Legais **12**
3.1. Plano de Redução de Custos (PRC) 12
3.2. Frota Automóvel 12
3.3. Prazo Médio de Pagamentos 13
3.4. Evolução do Efetivo 13
3.5. Limites de Endividamento Bancário 13
3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado 13
4. Plano de Investimento **15**
5. Resumo **16**
6. Demonstrações Financeiras **17**
6.1. Balanço 17
6.2. Demonstração de Resultados 18

Sumário Executivo

O presente relatório analisa a execução orçamental até ao final do 2.º trimestre de 2024, apresentando uma comparação com o orçamento para o mesmo período e com o período homólogo.

No mês de julho de 2024 foi submetido em SIRIEF uma nova proposta do PAO 2024 do ML por forma a dar resposta às orientações específicas para a preparação dos IPG transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através do Despacho n.º 324/2023-SET, de 3 de agosto de 2023. Este documento foi aprovado a 03 de setembro de 2024 por Despacho Conjunto da Tutela Financeira e Sectorial, SETF e SEMOB, respetivamente.

Procura:

O número de passageiros com título pago regista, em acumulado, um decréscimo de 4,56 milhões de passageiros, o que corresponde a uma variação negativa de 6,3% face ao período homólogo em 2023, com os utilizadores de passe a registar uma redução de 4,26 milhões de passageiros (-7,5%) e os passageiros com títulos ocasionais com menos 305 mil passageiros (-1,9%). Esta variação negativa é compensada com a utilização do passe navegante 4_18 e sub23, que no período homólogo era um título pago, e que a partir de 1 de janeiro de 2024 passou a ser gratuito, de acordo com a aprovação do Orçamento de estado para o referido período e transposto para a Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro. Para estes utilizadores foi obtido um registo de aproximadamente 12,7 milhões de passeiros no 2.º trimestre.

Oferta:

Registou-se uma variação positiva de 5,2% na quantidade de lugares x km (93,81 milhões) no 2.º trimestre de 2024 em relação ao 2.º trimestre de 2023, ficando ainda assim abaixo da estimativa em 6,8% (-136,43 milhões). Este desvio é justificada essencialmente por interrupções na circulação de comboios causada por fatores não controláveis pela empresa, nomeadamente, os constrangimentos de circulação verificados no período em análise, devido às obras em curso com a expansão de rede ML entre a estação Rato e Cais do Sodré (Projeto Linha Circular), que têm originado interrupções na Linha Verde e Amarela.

No que diz respeito ao número de comboios por quilómetro, este indicador apresentou um crescimento de 1,4% (35.825) em relação ao 2.º trimestre de 2023 e apresenta um desvio negativo de 10,2% (-288.554) face à estimativa para o 2.º trimestre de 2024.

Receita:

Verifica-se uma redução significativa das receitas tarifárias em relação ao ano anterior. No 2º trimestre de 2024, as receitas foram de 43,63 milhões de euros, o que representa uma variação negativa de 17,4% em comparação com o 2º trimestre de 2023, que registou receitas de 52,80 milhões de euros. Esta variação está igualmente relacionada, como referido anteriormente, com a gratuitidade do passe navegante 4_18 e sub23, sendo compensada pelo aumento das comparticipações tarifárias e pagamentos por conta (ex-PART), de acordo com o novo Regulamento n.º 1362-C/2023, que procede à 6.ª alteração ao Regulamento n.º 278-A/2019, sobre a metodologia de repartição de receitas dos passes Navegante.

O valor registado no 2º trimestre de 2024, relativo às compensações tarifárias e pagamentos por conta no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante, foi de aproximadamente 18 milhões de euros, representando um acréscimo de 11,24 milhões de euros em relação ao valor do ano anterior, que foi de 6,76 milhões de euros.

Princípios financeiros de referência:

Os gastos operacionais corrigidos registaram -69,17 milhões de euros, face a um volume de negócios que atingiu os 65,26 milhões de euros, originando um rácio GO/VN = 106%, apresentando um *deficit* no valor de 3,90 milhões de euros. Quando comparado com o período homólogo de 2023, cujo valor do rácio foi de 102%, com um défice de 1,40 milhões de euros, regista-se um agravamento de 2,5 milhões de euros no resultado acumulado entre VN-Gastos operacionais (GO) corrigidos, conforme se poderá verificar no *Quadro 11 - Plano de Redução de Custos*. Este agravamento está essencialmente relacionado com o aumento dos gastos com pessoal (+3,29 milhões de euros: +7,1%), cuja variação não

não foi possível compensar com o aumento do VN. Salvaguarda-se que o agravamento do rácio de GO/VN possa vir a ser compensado com a receita de COSP (Compensação por cumprimento das obrigações de serviço público), a receber no âmbito da aplicação do Aditamento ao Contrato de Concessão assinado a 27 de março de 2024.

1. Atividade Operacional

1.1. Procura

Quadro 1 - Passageiros Transportados

INDICADORES DE PROCURA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros transportados com título pago	68 272 726	72 835 200	77 592 974	-4 562 474	-6,3%	-9 320 248	-12,0%
Gratuitos e Fraude	19 566 544	8 711 498	9 196 177	10 855 046	124,6%	10 370 367	112,8%
Passageiros x km	459 157 511	430 842 246	415 854 229	28 315 265	6,6%	43 303 282	10,4%

Fonte: DCL/DMS 020/1813407 (CIDS) | PAO 2024-2026 (DFI)

Se considerarmos os passageiros transportados com título pago e os gratuitos, os níveis de procura do serviço de transporte público apresentam um incremento generalizado, tanto na comparação com o período homólogo, como em relação à previsão do PAO, representando um crescimento de 7,6% (6,01 milhões de passageiros) e um desvio positivo de 1,2% (1,01 milhões de passageiros), respetivamente.

O número de passageiros com título pago regista, em acumulado, um decréscimo de 4,56 milhões de passageiros, o que corresponde a uma variação de -6,3%, com os utilizadores de passe a contribuir com -4,26 milhões de passageiros (-7,5%) e os passageiros com títulos ocasionais com -305 mil passageiros (-1,9%). Esta variação encontra-se justificada na página anterior.

Comparativamente com o previsto no PAO regista-se um desvio negativo de 12%, menos 9,3 milhões de passageiros com título pago. Destes, 7,7 milhões são passageiros com passe (-12,7%) e 1,6 milhões são passageiros com títulos ocasionais (-9,6%). Na estimativa de dados de procura e receita não foi possível ao ML considerar nos pressupostos os impactos decorrentes da gratuitidade do Navegante 4_18 e Sub23, nem da alteração de repartição de receitas dos passes Navegante, de acordo com a aplicação do novo Regulamento n.º 1362-C/2023, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2024. A quebra na procura de passageiros com título pago, mesmo que por um valor residual, foi coberta na totalidade pela utilização dos passes Navegante 4_18 e Sub23.

No que respeita ao número de passageiros por quilómetro percorrido, observa-se um aumento de 6,6% quando comparado com o período homólogo de 2023, bem como, um desvio positivo de 10,4%, o que revela o esforço do ML em colmatar as interrupções de circulação na rede, bem como em efetuar as intervenções necessárias à manutenção e substituição dos meios mecânicos, procurando assim promover a qualidade do serviço de transporte público e conquistar a confiança do cliente.

1.2. Oferta

Quadro 2 – Oferta

OFERTA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km (circulações c/ passageiros)	14 717 092	13 984 173	15 782 986	732 919	5,2%	-1 065 894	-6,8%
Lugares x km	1 883 787 764	1 789 974 194	2 020 222 208	93 813 569	5,2%	-136 434 444	-6,8%
Comboios x km	2 552 181	2 516 355	2 840 735	35 825	1,4%	-288 554	-10,2%

Fonte: DOP/DMS 020/1813407 (CIDS) | PAO 2024-2026 (DFI)

Os dados mostram que houve um aumento de 5,2% na quantidade de lugares x km no 2.º trimestre de 2024 em relação ao 2.º trimestre de 2023, ficando abaixo do valor estimado em 6,8%. Refira-se que a oferta no período em análise, apesar dos constrangimentos de circulação ocorridos, conforme explicado na página 3, permitiu dar resposta ao aumento de procura verificado.

Comparando os valores reais com os estimados e com os do mesmo período do ano anterior, o número de comboios por quilómetro aumentou 1,4% (35.825) em relação ao 2.º trimestre de 2023 e ficou 10,2% (-288.554) abaixo da estimativa para o 2.º trimestre de 2024. Este desvio justifica-se essencialmente pelas interrupções na Linha Verde e Amarela, originadas pelas obras de expansão da rede ML entre a estação Rato e Cais do Sodré (Projeto da Linha Circular).

1.3. Receitas

Quadro 3 - Receitas

RECEITAS (valores sem IVA)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Receitas Tarifárias[1]	43 625 574 €	52 802 482 €	56 282 926 €	-9 176 907	-17,4%	-12 657 352	-22,5%
Compensação financeira Social +[2]	219 064 €	1 863 724 €	1 863 724 €	-1 644 660	-88,2%	-1 644 660	-88,2%
Compensações financeiras Antigo Combatente e Gratuitidade CML	831 271 €	4 029 493 €	3 537 064 €	-3 198 222	-79,4%	-2 705 793	-76,5%
Compensação tarifária AML/TML (Cosp)[3]	16 946 162 €	865 018 €	2 433 683 €	16 081 144	1859,1%	14 512 479	596,3%
Receitas tarifárias (inclui comparticipações)	**61 622 071 €**	**59 560 717 €**	**64 117 397 €**	**2 061 354**	**3,5%**	**-2 495 326**	**-3,9%**
Receita média por passageiro	0,70 €	0,73 €	0,74 €	-0,03 €	-4,0%	-0,04 €	-5,0%

[1] Bilhetes e Passes

[2] Inclui Compensação financeira 4_18 e Sub23 até 31.12.2023

[3] Pagamentos por conta (Ex-PART): compensação pelo congelamento dos preços dos passes Navegante

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Verifica-se uma redução significativa das receitas tarifárias em relação ao ano anterior. No 2º trimestre de 2024, as receitas foram de 43,62 milhões de euros o que representa uma redução de aproximadamente 17,4% em comparação com o 2º trimestre de 2023, que registou receitas de 52,80 milhões de euros. As receitas tarifárias do 2º trimestre de 2024 estão abaixo da estimativa, que era de 56,28 milhões de euros (-22,6%).

Conforme justificado anteriormente, a redução da receita tarifária conduziu a um aumento significativo nas compensações tarifárias da TLM (Pagamentos por conta, Ex-PART) no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante, entre o 2º trimestre de 2024 e o 2º trimestre de 2023. O valor registado no 2º trimestre de 2024 foi de 16,9 milhões de euros, representando um aumento de aproximadamente 16,08 milhões de euros em relação ao valor do ano anterior, que foi de 865 mil de euros.

O valor real do 2º trimestre de 2024, no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante, ficou acima da estimativa para o mesmo período, que era de 2,43 milhões de euros. Este facto é justificado pela suborçamentação desta receita, uma vez que os pressupostos de estimativa considerarem ainda o anterior modelo de repartição tarifária, ex-PART.

No global, as receitas tarifárias do 2.º trimestre de 2024, incluindo comparticipações, foram de 61,62 milhões euros, o que representa um aumento de 3,5% em relação ao 2.º trimestre de 2023, em que as receitas foram 59,56 milhões de euros. Face à estimativa, as receitas tiveram um desvio negativo de 2,49 milhões de euros (+3,9%), influenciado essencialmente pelo novo modelo de repartição tarifária, que conduz a uma redução significativa da receita média por passageiro do ML.

2. Gestão Económica e Financeira

2.1. Análise de Balanço

Quadro 4 – Análise de Balanço

Análise de Balanço	REAL		PAO	Δ / 31.12.2023		Δ / PAO	
	2.º TRIM 2024	31.DEZ 2023	2.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Ativo não Corrente	5 715 472 090 €	5 665 963 708 €	5 724 571 680 €	49 508 382 €	0,9%	-9 099 590 €	-0,2%
Ativo Corrente	206 609 895 €	237 231 182 €	520 557 063 €	-30 621 287 €	-12,9%	-313 947 168 €	-60,3%
Total do Ativo	**5 922 081 985 €**	**5 903 194 890 €**	**6 245 128 743 €**	**18 887 095 €**	**0,3%**	**-323 046 758 €**	**-5,2%**
Capital Próprio	1 937 226 470 €	1 947 318 717 €	2 335 439 805 €	-10 092 247 €	-0,5%	-398 213 335 €	-17,1%
Passivo não Corrente	1 486 192 331 €	1 491 906 306 €	1 491 464 910 €	-5 713 974 €	-0,4%	-5 272 579 €	-0,4%
Passivo Corrente	2 498 663 185 €	2 463 969 868 €	2 418 224 028 €	34 693 317 €	1,4%	80 439 157 €	3,3%
Capital Próprio e Passivo	**5 922 081 985 €**	**5 903 194 890 €**	**6 245 128 743 €**	**18 887 095 €**	**0,3%**	**-323 046 758 €**	**-5,2%**

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Principais variações no Balanço ao 2.º trimestre, face a 31 de dezembro de 2023:

Ativo não Corrente

- ILD: +53,51 milhões de euros
  - ✓ Edifícios e outras construções ILD:
    - Ativo tangível ILD – Ed. Outras construções: 88 mil euros.
  - ✓ Equipamento básico ILD:
    - Ativo tangível ILD – Equipamento básico: 117 mil euros.
  - ✓ Investimentos em curso ILD: 29,16 milhões de euros.
  - ✓ Estado conta a receber: 25,79 milhões de euros, relacionado com os valores de juros de financiamento ILD, e as variações de justo valor (*swaps* – *MtM*).
  - ✓ Subsídios ao investimento ILD: -548 mil euros, valor de financiamento POSEUR para o projeto do Rato/Cais do Sodré recebido em janeiro.
  - ✓ Outros ativos financeiros ILD - potencialmente favoráveis-ILD: -1,10 milhões de euros.
- Ativos fixos tangíveis: -1,38 milhões de euros, de acordo com a variação entre as amortizações do período e valores de adiantamento para o projeto de Modernização, tendo por base o cronograma de entregas das carruagens.
- Propriedades de investimento: -228 mil euros, reconhecimento de amortizações do período.
- Ativos intangíveis: -294 mil euros, de acordo com a variação entre a implementação de um *software API APEX* no sistema de bilhética do ML (ativo intangível em curso), e as amortizações do exercício.
- Outros ativos financeiros: -2,1 milhões de euros, relacionado com a valorização do *mark to market* do colateral *Wells Fargo*, e com o recebimento em maio de 2024 do valor excedente do depósito de garantia do respetivo colateral.

Ativo Corrente

- Inventários: -321 mil euros;
- Clientes: +352 mil euros;
- Estado e outros entes públicos: +1,45 milhões euros, relativo a pedidos de reembolsos de IVA (1,2 M€) e IRC a recuperar;
- Pessoal: -146 mil euros;
- Outras contas a receber: +4,37 milhões de euros, relacionado com acréscimo de receita (+3,39 M€), estimativa de compensações tarifárias e aluguer de espaços comerciais; e variação dos valores de reconciliação de vendas (+ 0,97 M€);

- Diferimentos: +195 mil euros, relacionado com a variação entre gastos a reconhecer - Seguro saúde, acidentes de trabalho, multirriscos entre outros (+1,24 M€) e o reconhecimento de despesa relacionada com as indemnizações de ocupação temporária pagas no âmbito do projeto RA/CS (-1,03 M€);
- Caixa e Depósitos bancários: -36,52 milhões de euros.

Capital próprio

- Resultados transitados: - 24 milhões de euros;
- Ajustamentos/outras variações no capital próprio: -68 mil de euros (FEDER – subsídios ao investimento);
- Variação positiva no Resultado líquido do exercício: +13,98 milhões de euros.

Passivo não Corrente

- Investimentos de longa duração: -5,48 milhões de euros:
  - ✓ Outros instrumentos financeiros – potencialmente desfavoráveis – ILD, pela variação do justo valor dos instrumentos financeiros ILD;

- Responsabilidades por benefícios pós-emprego: -230 mil de euros:
  - ✓ Encargos pensões - Custo dos Juros: 3,55 milhões de euros;
  - ✓ Encargos pensões - Anulação de Benefícios Pagos: -5,53 milhões de euros;
  - ✓ Encargos pensões - Custo do Serviço Corrente: 1,75 milhões de euros.

Passivo Corrente

- Investimentos de longa duração: 25,15 milhões de euros
  - ✓ Fornecedores de investimento ILD: 1,84 milhões de euros;
  - ✓ Outras dívidas a pagar ILD: 23,31 milhões de euros
    - Acréscimo de gastos – juros e comissões/avales a liquidar: 22,93 milhões de euros;
    - Recebimentos PRR Linha Vermelha: 387 mil euros.

- Fornecedores: 4 milhões de euros;
- Estado e outros entes públicos: 676 mil euros;
- Outras dívidas a pagar: 4,86 milhões de euros:
  - ✓ Fornecedores de investimento: 3,07 milhões de euros;
  - ✓ Acréscimo de gastos, seguros, Subsídios de Férias e Natal: 796 mil euros;
  - ✓ Juros DGTF: 454 mil euros;
  - ✓ Valores a regularizar de Títulos de Transporte: 631 mil euros.

Principais desvios no Balanço, face ao previsto no PAO 2.º Trimestre:

Ativo não Corrente

- Investimento ILD: -3,43 milhões de euros
  - ✓ Investimento em *Edifícios e Outras Construções – ILD*: -1,16 milhões euros, essencialmente por via do atraso da formalização do adicional ao contrato ML119/19 – Remodelação e ampliação estação Arroios;
  - ✓ Investimento em Equipamento básico: -3,61 milhões de euros, por via da estimativa de TPE ter sido considerada na totalidade na conta AFT - Equipamento básico – ILD, não considerando a distribuição por tipo de projetos em curso no ML;
  - ✓ Investimentos em curso: -44,87 milhões de euros. Desvio na execução dos principais projetos em curso do ML, nomeadamente, Prolongamento RA/CS (-6,04 M€); Linha Vermelha - Prolongamento S. Sebastião / Alcântara (-34,61 M€), Modernização – Novo Sistema de Sinalização CBTC (-1,27 M€) e Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores: -2,93 M€);
  - ✓ Estado – Conta a Receber: +47,86 milhões de euros, desvio relacionado com estimativa de conversão de dívida DGTF-ILD (+51,03 M€), e valor de conversão de juros ILD e *SWAP MtM* (-3,17 M€);
  - ✓ Estado - Subsídios - Gestão Infraestrutura: -548 mil euros;
  - ✓ Outros instrumentos financeiros potencialmente favoráveis: -1,10 milhões de euros.

- Ativos Fixos Tangíveis ML: -6,08 milhões de euros

- ✓ Edifícios e Outras construções: +5,73 milhões de euros, essencialmente justificado pelo excesso de estimativa de amortizações do exercício;
- ✓ Equipamento básico, equipamento administrativo e outros AFT: -5,9 milhões de euros, essencialmente pela suborçamentação de amortizações do exercício de equipamento básico;
- ✓ Investimentos ML em curso: -5,87 milhões de euros. Desvio na execução dos principais projetos em curso, nomeadamente, Projeto de Modernização – aquisição de 14 UT + instalação de CBTC em 70 UT (-1,8 M€), Máquina Esmeriladora (-0,80 M€), Sistema de Informação ao Cliente (-0,51 M€), Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90 (-0,26 M€), Projeto Normalização Imagem ML (-0,65 M€) e SADI - Estações + Edifícios (-0,20 M€).

- Ativos intangíveis: -346 mil euros, essencialmente por via da suborçamentação de amortizações do exercício;

Ativo Corrente

- Inventários: -250 mil euros;
- Clientes: 352 mil euros;
- Estado e outros entes públicos: -419 mil euros;
- Outros contas a receber: +4,22 milhões de euros;
  - ✓ Pessoal: -146 mil euros;
  - ✓ Acréscimo de rendimentos (Cosp Tarifária – Ex-PART + Compensações tarifárias + Receita de espaços comerciais): 3,39 milhões de euros;
  - ✓ Devedores diversos: 971 mil euros, com especial destaque para os valores de reconciliação de vendas (968 mil euros).
- Diferimentos: 195 mil euros;
- Caixa e Depósitos bancários: -318,05 milhões de euros, relacionada essencialmente com estimativa do recebimento da DGTF para amortização do financiamento ABN AMRO (*Schuldschein*) de 300 M€, cuja liquidação apenas ocorreu em julho de 2024, tendo o recebimento de dotação de capital da DGTF ocorrido no mesmo período. Por outro lado, este desvio deve-se também à 2.ª fase da candidatura do projeto RA/CS ao Programa do Sustentável 2030, submetida apenas no final período em análise, estando ainda o ML a aguardar a aprovação da mesma, não tendo sido recebida qualquer verba do Fundo de Coesão, pelo que, os pagamentos deste projeto têm sido assegurados com recurso ao saldo de gerência do Fundo Ambiental.

Capital próprio

- Capital realizado: -345,05 milhões de euros, dado não ter existido no presente período quaisquer Dotações de Capital, essencialmente para serviço da dívida (juros + amortização de financiamentos), conforme se encontrava previsto no PAO 2024 e detalhado no ponto acima (Caixa e Depósitos bancários);
- Outras variações no capital próprio: -49,55 milhões de euros:
  - ✓ Out. Var. no CP - Subs. - FA - Modernização – investimento ML: -31,13 milhões de euros;
  - ✓ Out. Var. no CP - Subs. - FA - RA/CS – investimento ILD: -5,38 M€;
  - ✓ Out. Var. no CP - Subs. - Fundo de Coesão / PACS2030: -11,17 milhões de euros;
  - ✓ Out. Var. no CP - Subs. - PRR – Linha Vermelha – ML: -1,34 M€
- Resultado líquido do período: -3,61 milhões de euros.

Passivo não Corrente

- ILD: -5,04 milhões de euros
  - ✓ Financiamentos obtidos: - 912 mil euros, financiamento DGTF previsto para encargos com SWAP;
  - ✓ Instrumentos financeiros ILD - potencialmente desfavoráveis: -4,13 milhões de euros, devido à flutuação *MtM*.
- Financiamentos ML obtidos: -1,31 milhões de euros, financiamento DGTF previsto para o projeto de Modernização (CBTC + 14 UT) e aquisição de material circulante (24 UT);
- Responsabilidades por benefícios pós-emprego: 901 mil euros.

Passivo Corrente

- ILD: 50,62 milhões de euros:
  - ✓ Fornecedores de investimento ILD: -0,641 milhões de euros;

- ✓ Financiamento – CP – DGTF: +51,04 milhões de euros, respeitante a estimativa de conversão de dívida ILD de CP em Estado Conta a Receber;
- ✓ Outras dívidas a pagar ILD: +225 mil euros, devido essencialmente a uma menor execução dos projetos financiados pelo PRR.

- Fornecedores: 3,72 milhões de euros;
- Estado e outros entes públicos: 676 mil euros;
- Financiamentos – CP - DGTF: 22,05 milhões de euros, relativo a estimativa de conversão de dívida ML de CP em dotação de capital;
- Suprimentos DGTF: -1,48 M€, valor estimado de financiamento DGTF para cobertura de défice operacional que não ocorreu;
- Outras dívidas a Pagar: 4,86 milhões de euros, justificado essencialmente por:
  - ✓ Fornecedores de investimento: +3,07 milhões de euros;
  - ✓ Acréscimo de gastos:
    - Pessoal (seguros, Subsídios de Férias e Natal): +796 mil euros
    - Juros DGTF: 454 mil euros
    - Valores a regularizar de Títulos de Transporte e Reconciliação de Venda: 631 mil euros.

2.2. Síntese de Resultados

Quadro 5 - Síntese de Resultados

Rubrica	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Rendimentos Operacionais (corrigidos) *	**65 735 271 €**	**64 621 319 €**	**67 910 821 €**	**1 113 953**	**1,7%**	**-2 175 549**	**-3,2%**
Vendas e serviços prestados	65 261 913 €	63 337 403 €	67 514 012 €	1 924 509	3,0%	-2 252 099	-3,3%
Subsídios à exploração	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Outros rendimentos e ganhos *	473 359 €	1 283 915 €	396 809 €	-810 557	-63,1%	76 550	19,3%
Gastos Operacionais (corrigidos)**	**-69 769 052 €**	**-65 301 937 €**	**-71 165 663 €**	**-4 467 115**	**6,8%**	**1 396 611**	**-2,0%**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 679 944 €	-1 476 550 €	-1 641 673 €	-203 395	13,8%	-38 271	2,3%
Fornecimentos e serviços externos	-17 942 306 €	-17 005 138 €	-19 175 791 €	-937 168	5,5%	1 233 484	-6,4%
Gastos com o pessoal	-49 544 272 €	-46 256 274 €	-49 318 384 €	-3 287 998	7,1%	-225 888	0,5%
Outros gastos e perdas **	-602 529 €	-563 974 €	-1 029 815 €	-38 555	6,8%	427 286	-41,5%
EBITDA (corrigido)	**-4 033 781 €**	**-680 618 €**	**-3 254 842 €**	**-3 353 163**	**492,7%**	**-778 938**	**23,9%**

** Excluindo rubricas non-cash (Ganhos em Participadas / TPE / Imparidades / Provisões (reversões) / Ganhos de Justo Valor / Subsídios ao Investimento / Ganhos Cambiais / Ganhos em Inventários / Mais valias de Leasing)*

*** Excluindo rubricas non-cash (Perdas em Participadas / Imparidades / Provisões / Redução de Justo Valor / Perdas cambiais / Perdas em Inventários)*

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

O Quadro 5 apresenta a síntese de resultados operacionais. Para efeitos de análise foram expurgados os valores das rubricas *non-cash*.

Principais variações/desvios:

Rendimentos

- **Vendas e Serviços Prestados**: a variação homóloga de 1,11 milhões de euros, e o desvio negativo de 2,17 milhões de euros em relação ao PAO, é justificado, essencialmente, pelo aumento significativo dos Pagamentos por conta no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante, conforme detalhado no ponto *1.3 Receitas*.
- **Outros rendimentos e ganhos**: variação negativa de 810 mil euros e desvio positivo de 76 mil euros, sendo o presente desvio justificado pelo valor recebido com aplicações de tesouraria no final do ano de 2023, e a variação face ao período homólogo pelo recebimento da indemnização da seguradora pelo acidente ocorrido em 2014 na estação do Aeroporto com uma carruagem do ML.

Gastos

- **Gastos com Pessoal**: relativamente a gastos operacionais importa referir a variação com o período homólogo dos gastos com pessoal de cerca de 3,29 M€, sendo a mesma justificada pelo aumento do custo do plano de pensões (aproximadamente 1,93 M€), face à atualização do estudo atuarial, e 1,3 M € dos gastos com a variação da massa salarial decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro.
- **Fornecimentos e Serviços Externos**: face ao período homólogo importa referir a variação nos seguintes gastos – Vigilância e Segurança (+292 mil euros), conservação e reparação (+646 mil euros), em contratos de assistência técnica, edifícios e outras construções e equipamento básico. Relativamente ao desvio nestes gastos, acentuam-se essencialmente os desvios com trabalhos especializados (-275 mil euros), vigilância e segurança (-227 mil euros), contratos de conservação e reparação (-413 mil euros), como assistência técnica, edifícios e outras construções e equipamento básico, gastos com energia (-194 mil euros), e rendas e alugueres de equipamento administrativo e equipamento de transporte (-94 mil euros).

2.2.1. EBITDA (corrigido)

Quadro 6 - EBITDA (corrigido)

EBITDA (corrigido)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
EBITDA (DRN)	**-3 263 428 €**	**-741 384 €**	**186 927 €**	**-2 522 044**	**340,2%**	**-3 450 354**	**-1845,8%**
Ajustamentos	**-770 353 €**	**60 766 €**	**-3 441 769 €**	**-831 119**	**-1367,7%**	**2 671 416**	**-77,6%**
Trabalhos para a própria entidade	-33 662 €	-14 138 €	-3 451 832 €	-19 524	138,1%	3 418 169	-99,0%
Aumentos de justo valor	-378 879 €	-318 196 €	0 €	-60 683	19,1%	-378 879	-
Subsídios ao investimento	-67 994 €	-556 168 €	-271 975 €	488 174	-87,8%	203 981	-75,0%
Ganhos cambiais	-422 260 €	-118 €	0 €	-422 142	359270,1%	-422 260	-
Perdas cambiais	2 352 €	1 031 094 €	3 047 €	-1 028 742	-99,8%	-695	-22,8%
Ganhos em Inventários	-153 979 €	-165 871 €	0 €	11 892	-7,2%	-153 979	-
Perdas em Inventários	305 901 €	124 163 €	278 991 €	181 738	146,4%	26 910	9,6%
EBITDA (corrigido)	**-4 033 781 €**	**-680 618 €**	**-3 254 842 €**	**-3 353 163**	**492,7%**	**-778 938**	**23,9%**

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, são expurgados efeitos de natureza *non-cash,* tais como diferenças cambiais, subsídios ao investimento, provisões, mais-valias e perdas/ganhos em inventários. Para possibilitar uma melhor comparação, foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras, com relevante impacto no EBITDA contabilístico, nomeadamente Equivalência Patrimonial/Subsidiárias e Aumentos/Reduções de Justo Valor.

O EBITDA corrigido registou uma variação negativa de 3,35 milhões de euros, partindo de um EBITDA da DRN que registou uma variação negativa de 2,52 milhões de euros, face ao período homólogo, essencialmente por via do aumento dos gastos com pessoal, conforme explicado anteriormente.

2.2.2. Juros e gastos similares suportados

Quadro 7 - Juros e gastos similares suportados

	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Juros e gastos similares suportados	454 035 €	549 667 €	433 000 €	-95 632	-17,4%	21 035	4,9%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

2.3. Fluxos de Caixa

Quadro 8 - Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa (acumulado)	REAL	PAO	Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2024	Abs	%
Atividades Operacionais				
Recebimentos de clientes	60 630 053 €	63 563 537 €	-2 933 484	-4,6%
Recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos'	7 376 111 €	8 304 539 €	-928 428	-11,2%
Recebimentos do Estado - Impostos	6 442 €	1 612 254 €	-1 605 812	-99,6%
Outros recebimentos da atividade operacional	174 378 €	414 059 €	-239 681	-57,9%
Recebimentos das atividades operacionais	68 186 985 €	73 894 389 €	-5 707 404	-7,7%
Pagamentos a fornecedores	24 086 145 €	27 310 268 €	-3 224 123	-11,8%
Pagamentos ao pessoal	46 555 729 €	48 807 073 €	-2 251 344	-4,6%
Pagamentos ao Estado - Impostos	340 217 €	0 €	340 217	-
Outros pagamentos da atividade operacional	90 275 €	386 492 €	-296 217	-76,6%
Pagamentos das atividade operacionais	71 072 366 €	76 503 832 €	-5 431 466	-7,1%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	**-2 885 381 €**	**-2 609 444 €**	**-275 938**	**10,6%**
Atividades de Investimento				
Recebimentos de Investimentos	1 014 966 €	46 882 215 €	-45 867 248	-97,8%
Pagamentos de investimentos	30 242 003 €	89 475 772 €	-59 233 769	-66,2%
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)	**-29 227 037 €**	**-42 593 557 €**	**13 366 520**	**-31,4%**
Atividades de financiamento				
Recebimentos de financiamentos	2 901 156 €	335 440 549 €	-332 539 393	-99,1%
Pagamentos de financiamentos	7 305 758 €	8 705 859 €	-1 400 102	-16,1%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	**-4 404 602 €**	**326 734 690 €**	**-331 139 291**	**-101,3%**
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	**-36 517 020 €**	**281 531 689 €**	**-318 048 709**	**-113,0%**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**184 936 157 €**	**184 936 697 €**	**-540**	**0,0%**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**148 419 137 €**	**466 468 386 €**	**-318 049 249**	**-68,2%**

Fonte: MFCx jun/2024 e PAO 2024-2026 (DFI)

Os fluxos da atividade operacional geraram um *deficit* de 2,88 milhões de euros, tendo-se traduzido num desvio negativo de 275 mil euros em relação ao PAO, essencialmente pela redução dos recebimentos de clientes de receita tarifária.

No relativo à tesouraria de investimento, o desvio nos fluxos de caixa é essencialmente gerado, por um lado, por uma baixa execução dos investimentos financiados pelo PRR, e por outro, por não existir ainda recebimentos do Fundo de Coesão face ao período de candidatura da 2.ª fase do projeto de Expansão Rato/Cais do Sodré.

O desvio negativo dos fluxos de caixa das atividades de financiamento justifica-se essencialmente por não ter existido qualquer dotação da DGTF para serviço da dívida.

A variação de caixa negativa, reflete a ausência de transferências do Acionista que permitissem financiar os défices de investimento e financiamento, os quais foram supridos com recurso à utilização do saldo de gerência de 2023 não afeto a subsídios consignados a projetos de investimento e a receita própria.

O elevado saldo de caixa e equivalentes ocorre pelo recebimento, em 2023 e anos anteriores, de subsídios consignados a investimento, nomeadamente Fundo Ambiental e PRR, cuja aplicação tem deslizado no tempo, acompanhando a execução dos principais projetos financiados.

2.4. Modelo de Financiamento

Quadro 9 - Apoio Financeiro do Estado

Apoio Financeiro do Estado	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Dotações de Capital / DGTF	0 €	0 €	329 013 011 €	0 €	-	-329 013 011 €	-100,0%
Empréstimos DGTF	0 €	0 €	3 526 382 €	0 €	-	-3 526 382 €	-100,0%
Compensações Financeiras / Min. Ambiente	219 064 €	1 863 724 €	490 279 €	-1 644 660 €	-88,2%	-271 215 €	-55,3%
PART	17 777 433 €	4 894 511 €	7 344 191 €	12 882 921 €	263,2%	10 433 241 €	142,1%
PART "COVID"	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
TOTAL	**17 996 497 €**	**6 758 235 €**	**340 373 864 €**	**11 238 262 €**	**166,3%**	**-322 377 367 €**	**-94,7%**

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Até ao final do 2.º trimestre de 2024 não foram concedidas dotações de capital. O desvio de -329,01 milhões de euros face ao PAO está essencialmente relacionado com a baixa execução de investimento e, sobretudo, com a atempada previsão, em sede de PAO, do recebimento de dotação para amortização de um empréstimo no valor de 300 milhões de euros no 3ºtrimestre de 2024.

Não foram contraídos novos empréstimos no 2.º trimestre de 2024.

2.5. *Stock* da Dívida

Quadro 10 - *Stock* da Dívida

PASSIVO REMUNERADO	REAL			PAO	Δ / 31.12.2023		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	31.DEZ 2023	2.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos Obrigacionistas	910 000 000 €	910 000 000 €	910 000 000 €	910 000 000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Outros Emp. LP / Tesouro	2 083 271 746 €	2 083 271 746 €	2 083 271 746 €	2 012 231 002 €	0 €	0,0%	71 040 744 €	3,5%
Suprimentos	76 656 108 €	67 631 823 €	76 656 108 €	78 139 120 €	0 €	0,0%	-1 483 012 €	-1,9%
Schuldschein	300 000 000 €	300 000 000 €	300 000 000 €	300 000 000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Total	**3 369 927 854 €**	**3 360 903 569 €**	**3 369 927 854 €**	**3 300 370 122 €**	**0 €**	**0,0%**	**69 557 731 €**	**2,1%**

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Até ao final 2.º trimestre não se verificaram amortizações ou contratação de novos financiamentos.

3. Cumprimento das Orientações Legais

3.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Quadro 11 - Plano de Redução de Custos

Plano de Redução de Custos	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Gastos Operacionais (GO)	**- 69 166 523 €**	**- 64 737 962 €**	**- 70 135 848 €**	**- 4 428 561 €**	**6,8%**	**969 325 €**	**-1,4%**
CMVMC	1 679 944 €	1 476 550 €	1 641 673 €	203 395 €	13,8%	38 271 €	2,3%
FSE	17 942 306 €	17 005 138 €	19 175 791 €	937 168 €	5,5%	-1 233 484 €	-6,4%
Gastos com pessoal	49 544 272 €	46 256 274 €	49 318 384 €	3 287 998 €	7,1%	225 888 €	0,5%
Volume de negócios (VN)	**65 261 913 €**	**63 337 403 €**	**67 514 012 €**	**1 924 509 €**	**3,0%**	**-2 252 099 €**	**-3,3%**
Vendas	1 351 €	2 557 €	1 750 €	-	-	807 €	46,1%
Prestações de Serviços	65 260 562 €	63 334 847 €	67 512 262 €	1 925 715 €	3,0%	-2 251 700 €	-3,3%
Compensações por Obrigações de Serviço Público (COSP)	- €	- €	- €	- €	-	- €	-
Gastos operacionais/ Volume de Negócio (GO/VN)	**-106%**	**-102%**	**-104%**	**-3,77 p.p.**	**--**	**-2,10 p.p.**	**--**

[1] Despesa deduzida aos gastos operacionais para cálculo do Peso dos Gastos/VN, conforme proposta de PAO 2023.

[2] Valor de receita considerado no cálculo do Peso dos Gastos/VN, conforme proposta de PAO 2023.

[3] Os gastos associados à frota incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

No que respeita aos princípios financeiros de referência, e sobre o desempenho do ML no 2.º trimestre de 2024, salienta-se o seguinte:

- Os gastos com pessoal são superiores em 3,28 milhões de euros, comparativamente com o período homólogo de 2023, estando justificada esta variação no ponto 2.2 Síntese de Resultados.
- O volume de negócios do 2.º trimestre de 2024 ultrapassa os valores quando comparado com o período homólogo do ano anterior (+1,92 M€) registando o valor de 32,26 milhões de euros. O desvio é negativo em 2,25 milhões de euros.
- Comparando o resultado do rácio Peso dos Gastos/Volume de Negócios com o período homólogo e com o planeado, verifica-se uma variação de -3,7 p.p. e um desvio de -2,1 p.p., respetivamente. É expectável a melhoria deste rácio ao longo de 2024, a verificar-se a tendência crescente das receitas, bem como o efeito da remuneração pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com a aplicação do Aditamento ao Contrato de Concessão, assinado a 27 de março de 2024.

3.2. Frota Automóvel

Quadro 12 - Indicadores de Frota Automóvel

INDICADORES FROTA AUTOMÓVEL	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
N.º de veículos	47	47	47	**0**	**0,0%**	**0**	**0,0%**
Gastos (€):							
Combustível	19 411	25 548	23 684	-6 137	-24,0%	-4 273	-18,0%
Energia	2 744	1 260	3 329	1 484	117,8%	-585	-17,6%
Conservação e Reparação	25 673	42 169	16 213	-16 496	-39,1%	9 461	58,4%
Rendas	111 203	87 398	130 326	23 805	27,2%	-19 124	-14,7%
Seguros	16 625	17 063	13 581	-439	-2,6%	3 044	22,4%
Impostos	1 327	1 607	914	-280	-17,4%	414	45,3%
Outros	11 623	8 018	23 774	3 605	45,0%	-12 151	-51,1%
Total	**188 607**	**183 064**	**211 821**	**5 543**	**3,0%**	**-23 214**	**-11,0%**

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Na análise dos gastos com a Frota Automóvel, verifica-se um acréscimo destes gastos (aprox. 5 mil euros) face ao período homólogo, que resulta essencialmente do aumento do valor de *renting*. Este aumento resulta da substituição da frota automóvel do ML dado o término dos contratos de Aluguer operacional, e por outro lado, pela necessidade de ter uma frota com emissões de CO2 mais reduzidas, procurando dar cumprimento às orientações tutelares e legislativas quer em termos ambientais, quer em termos da tipologia de frota automóvel para o setor empresarial do estado.

3.3. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 13 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	22	15	45	7	46,7%	-23	-51,1%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

O prazo médio de pagamentos regista uma variação de mais 7 dias quando comparado com o período homólogo e um desvio de menos 23 dias em relação à previsão do PAO, o que reflete o empenho do ML na eficiência da gestão de tesouraria, mesmo com um esforço acrescido para dar continuidade aos projetos de investimento essenciais à melhoria do serviço de transporte público.

3.4. Evolução do Efetivo

Quadro 14 – Efetivo

RECURSOS HUMANOS	REAL			PAO		Δ / 31.12.2023		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	31.DEZ 2023	1.º TRIM 2024	2.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Efetivo do Metropolitano de Lisboa*	1 565	1 564	1 569	1 575	1 577	-4	-0,3%	-12	-0,8%

*Não considera os Órgãos Sociais

Fonte: DCH | PAO 2024-2026 (DFI)

Considerando a previsão do PAO, regista-se um desvio de -12 trabalhadores devido aos atrasos nos processos de contratação aprovados no Plano de Atividades e Orçamento de 2023, bem como na substituição de saídas.

3.5. Limites de Endividamento Bancário

Quadro 15 - Cálculo da Variação do Endividamento

FINANCIAMENTO REMUNERADO	REAL	
	2.º TRIM 2024	31.DEZ 2023
Financiamento Remunerado	3 369 927 854 €	3 369 927 854 €
Capital Social	3 906 805 655 €	3 906 805 655 €
Novos Investimentos	0 €	
Variação do endividamento	**0,00%**	

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

De acordo com a fórmula de cálculo da variação do endividamento constante nas "*Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2024*", o endividamento do ML não registou qualquer variação, considerando que não houve lugar à contratação de novos financiamentos, nem amortização de capital no período em análise.

3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 16 – Disponibilidades

UTE	2.º TRIM 2024
Disponibilidades em 30-06-2024	**148 403 777 €**
Depositadas no IGCP	147 114 408 €
Outras na banca nacional	1 289 369 €
Disponibilidades no IGCP [%]	**99,1%**

Fonte: DFI/Tesouraria

No final do 2º trimestre de 2024, o ML mantinha 99,1% dos depósitos bancários (147,11 milhões de euros) no IGCP.

A especificidade da atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 22/02/2024, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do artigo 172.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, conforme N/Ref. 1775269. O ML aguarda resposta ao presente pedido que solicita o excecionamento do cumprimento da UTE, somente para os valores:

a) Objeto de recolha, transporte e tratamento, contratualizados pelo ML com empresa de transportes de valores, os quais devem quinzenalmente ser transferidos para contas do ML no IGCP;
b) Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
c) Inerentes à custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
d) Outros serviços: depósitos colaterais domiciliados nos EUA, constituídos em 2009 e 2013.
    - TREM – II – Colateral constituído em 2009 junto do Wells Fargo, com valor inicial do depósito de USD 29.925.000 e valor de mercado atual USD 25.557.097;
    - TREM – Colateral constituído em 2013 junto do Wilmington Trust, com valor inicial do depósito de USD 25.933.278 e valor de mercado atual USD 23.332.699.

4. Plano de Investimento

Quadro 17 - Plano de investimento

PROJETOS - 2024	REAL	PAO	Δ PAO	
	2º TRIM 2024	2º TRIM 2024	Abs	%
1. Prolongamento Rato / Cais do Sodré	23 864 172,22 €	29 906 748,82 €	-6 042 576,60	-20,20%
2. Prolongamento S.Sebastião / Alcântara	386 766,18 €	35 000 000,16 €	-34 613 233,98	-98,89%
3. Projeto de Modernização do Sistema de Sinalização e do Material Circulante: Linha A, B e C	4 081 506,44 €	7 151 154,40 €	-3 069 647,96	-42,93%
4. Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	167 629,03 €	678 900,00 €	-511 270,97	-75,31%
5. Máquina Esmeriladora	0,00 €	799 413,70 €	-799 413,70	-100,00%
6. Remodelação da estação Cais do Sodré	0,00 €	0,00 €	-	-
7. Plano de Promoção de Acessibilidades (PNPA)	2 177 046,49 €	2 590 974,50 €	-413 928,01	-15,98%
8. Aplicações de Suporte ao Negócio, Hardware e Software	94 342,12 €	262 103,40 €	-167 761,28	-64,01%
9. Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)	874 954,67 €	3 808 884,45 €	-2 933 929,78	-77,03%
10. Renovação de sistemas vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99	0,00 €	108 400,00 €	-108 400,00	-100,00%
11. Beneficiação geral de portas das frotas ML95, ML97 e ML99	195 484,20 €	195 484,20 €	0,00	0,00%
12. Sistema de Informação ao Cliente	0,00 €	509 500,00 €	-509 500,00	-100,00%
13. Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90	379 008,39 €	642 698,67 €	-263 690,28	-41,03%
14. Torno rodas PMO3 + Sistema de medida automática de rodas	0,00 €	16 141,98 €	-16 141,98	-100,00%
15. Remodelação e Renovação de Instalações	1 863,76 €	2 190,00 €	-326,24	-14,90%
16. Remodelação Geral de MAVT	0,00 €	0,00 €	-	-
17. Aquisição de 24 UT - SCEP n.º 13/2022	7 260,00 €	16 295,00 €	-9 035,00	-55,45%
18. Central Fotovoltaica PMO II	5 943,93 €	13 400,00 €	-7 456,07	-55,64%
19. Substituição travessas de pinho - PMO II	0,00 €	81 250,00 €	-81 250,00	-100,00%
20. Aquisição Draisine Grua	0,00 €	0,00 €	-	-
21. Posto de Comando Central	0,00 €	0,00 €	-	-
22. Empreitada de Manutenção dos Sistemas de Iluminação das estações	26 922,00 €	67 818,45 €	-40 896,45	-60,30%
23. Remodelação da Estação Marquês de Pombal	194 411,12 €	34 907,10 €	159 504,02	456,94%
24. Remodelação e ampliação estação Arroios	65 544,96 €	1 070 011,32 €	-1 004 466,36	-93,87%
25. Foles de intercirculação - ML97 e ML99	0,00 €	0,00 €	-	-
26. Projeto Normalização Imagem ML	0,00 €	646 029,50 €	-646 029,50	-100,00%
27. SADI - Estações + Edifícios	149 468,27 €	345 741,54 €	-196 273,27	-56,77%
28. Substituição de circuitos de via FS2500 em fim de vida (obsoletos)	0,00 €	0,00 €	-	-
29. Upgrade unidades remotas de telecomando - Subestações de Tração	152 425,00 €	88 246,80 €	64 178,20	72,73%
30. Outros Investimentos	971 452,30 €	2 214 969,47 €	-1 243 517,17	-56,14%
Total	**33 796 201,08**	**86 251 263,46**	**-52 455 062,38**	**-60,82%**

Fonte: SAP/CO e PAO 2024-2026 (DFI)

No período em análise, foi realizado 39,2% do investimento previsto até ao final do 2.º trimestre de 2024, apresentando um desvio negativo de 60,82% (52,45 milhões de euros). A contribuir para este desvio negativo, com valores mais expressivos, estão os projetos:

- Prolongamento Rato / Cais do Sodré: -6,04 milhões de euros;
- Prolongamento S. Sebastião / Alcântara: -34,61 milhões de euros;
- Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures: -511 mil euros;
- Modernização do Sistema de Sinalização e do Material Circulante: Linha A, B e C: -3,07 milhões de euros;
- Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores): -2,93 milhões de euros;
- Máquina esmeriladora: -799 mil euros;
- Sistema de Informação ao Cliente: -509,5 mil euros;
- Remodelação e ampliação estação Arroios: -1 milhão de euros, essencialmente por via do atraso da formalização do adicional ao contrato ML119/19;
- Projeto Normalização Imagem ML: -646 mil euros.

5. Resumo

	Desvio	Motivo	Detalhe	Medidas
Balanço				
Ativo n/ corrente				
ILD				
Ed. Outras consturções ILD	-1,16 M€	Atraso da formalização do adicional ao contrato ML119/19 – Remodelação e ampliação estação Arroios		Melhorar os procedimentos de adjudicação de contratos e/ou de adicionais, procurando alcançar acordos com as partes envolvidas de forma célere e eficaz.
Equipamento básico ILD	-3,61 M€	Estimativa de TPE considerada na totalidade na conta AFT - Equipamento básico – ILD		Na estimativa de TPE considerar a sua distribuição por tipo de projeto, e nomeadamente, com classificação de contas SNC de investimentos em curso
Investimentos em curso	-44,87 M€	Baixa realização de investimentos: Prolongamento RA/CS, Linha Vermelha - Prolongamento S.Sebastião / Alcântara, Modernização – novo Sistema de Sinalização CBTC e Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores)	Pág. 6	Melhoria da execução de Investimento, e aprovação da candidatura da 2.ª fase do projeto Rato / Cais do Sodré ao PACS 2030
Estado - conta a reccber	47,86 M€	Em falta a aprovação de conversão de dívida DGTF-ILD		Procurar junto da DGTF a resolução da dívida vencida
Estado - Subsídios - Gestão Infraest.	-548 m€			
Outros instrumentos financeiros potencialmente favoráveis	-1,10 M€	Variação MtM de instrumentos financeiros		
AFT ML				
Ed. Outras consturções	5,73 M€	Excesso de estimativa de amortizações do exercício		Melhorar a classificação da estimativa das amortizações
Equip. básico, equip. administrativo e outros AFT	-5,9 M€	Suborçamentação de amortizações do exercício		
Investimentos ML em curso	-5,87 M€	Baixa execução nos seguintes projetos: Projeto de Modernização – aquisição de 14 UT + instalação de CBTC em 70 UT, Máquina Esmeriladora, Sistema de Informação ao Cliente, Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90, Projeto Normalização Imagem ML e SADI - Estações + Edifícios	Pág. 7	Melhoria da execução de Investimento, melhorar a estimativa de investimentos em curso para AFT
Ativos Intangíveis	-346 m€	Suborçamentação de amortizações do exercício		
Ativo corrente				
Inventários	-250 m€			
Clientes	352 m€			
Estado e outros entes públicos	-419 m€	Excesso de estimativa IVA dedutível		
Outras contas a receber	4,22 M€	Estimativa de receita sem considerar acréscimos (Cosp Tarifária – Ex-PART + Compensações tarifárias + Receita de espaços comerciais): 3,39M€ Devedores diversos: 971 m€, com especial destaque para os valores de reconciliação de vendas (968 m€)		
Diferimentos	195 m€			
Caixa e Depósitos bancários	-318,05 M€	Estimativa do recebimento da DGTF para amortização do financiamento ABN AMRO (Schuldschein) de 300 M€, cuja liquidação apenas ocorreu em julho de 2024, tendo o recebimento de dotação de capital da DGTF ocorrido no mesmo período. Por outro lado, este desvio deve-se à 2.ª fase da candidatura do projeto RA/CS ao Programa do Sustentável 2030 ter sido submetida apenas no final do 2.º trimestre de 2024, não tendo sido recebida qualquer verba do Fundo de Coesão	Pág. 7	Aprovação da candidatura da 2.ª fase do projeto Rato / Cais do Sodré ao PACS 2030
Capital próprio				
Capital realizado	-345,05 M€	Falta de dotação para serviço da dívida (juros + amortização de financiamentos) e cobertura de défice de investimento, conforme se encontrava previsto no PAO 2024 e detalhado no ponto acima (Caixa e Depósitos bancários)	Pág. 7	Ajuste das necessidades de financiamento ao período em que ocorre a liquidação do serviço da dívida, bem como, melhoria na execução dos projetos de investimento
Outras variações no capital próprio	-49,55 M€	Atrasos na execução dos projetos de investimento que condicionam o recebimento de subsídios (nacionais e comunitários) e respectivo reconhecimento dos mesmos		
Resultado Líquido	-3,61 M€			
Passivo não corrente				
ILD	-5,04 M€	Desvio na estimativa de necessidades de financiamento para Swap, e variação do *MtM*	Pág. 7	Otimizar estimativas
Financiamentos ML obtidos	-1,31 M€	Financiamento DGTF previsto para o projeto de Modernização (CBTC + 14 UT) e aquisição de material circulante (24 UT)		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	901 m€			
Passivo corrente				
ILD	50,62 M€	Défice de estimativa nos valores em dívida a fornecedores, estimativa de conversão de dívida ILD de CP em Estado Conta a Receber, que não se concretizou, e baixa execução dos projetos financiados pelo PRR	Pág. 8	Acelerar a execução dos pojetos financiados pelo PRR
Fornecedores	3,72 M€	Estimativa de um maior fluxo financeiro na liquidação de dívidas a fornecedores		Melhoria na previsão de execução
Estado e outros entes públicos	676 m€			
Financiamentos - CP - DGTF	22,05 M€	Estimativa de conversão de dívida ML de CP em dotação de capital, que não se concretizou		Procurar junto da DGTF a resolução da dívida vencida
Suprimentos DGTF	-1,48 M€	Estimado financiamento DGTF para cobertura de défice operacional, que não ocorreu		
Outras Contas a Pagar	4,86 M€	Fornecedores de investimento: 3,07 M€, não considerados na estimativa; e acréscimos de gastos estimados como execução: 1,88 M€		

6. Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

BALANÇO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2023		Δ / PAO	
	2.º TRIM 2024	31.DEZ 2023	2.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
ATIVO							
Ativo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5 480 191 535 €	5 426 679 188 €	5 483 625 531 €	53 512 348 €	1,0%	-3 433 996 €	-0,1%
Ativos fixos tangíveis	99 525 627 €	100 907 217 €	105 605 258 €	-1 381 590 €	-1,4%	-6 079 631 €	-5,8%
Propriedades de investimento	14 571 658 €	14 799 783 €	14 571 774 €	-228 125 €	-1,5%	-116 €	0,0%
Ativos intangíveis	2 043 172 €	2 337 121 €	2 389 874 €	-293 949 €	-12,6%	-346 702 €	-14,5%
Participações financeiras - método equiv. patrimonial	76 870 533 €	76 870 533 €	76 870 533 €	-	0,0%	-	0,0%
Outros ativos financeiros	42 269 565 €	44 369 866 €	41 508 710 €	-2 100 301 €	-4,7%	760 855 €	1,8%
Total do ativo não corrente	**5 715 472 090 €**	**5 665 963 708 €**	**5 724 571 680 €**	**49 508 382 €**	**0,9%**	**-9 099 590 €**	**-0,2%**
Ativo corrente							
Inventários	10 060 265 €	10 381 802 €	10 309 641 €	-321 537 €	-3,1%	-249 376 €	-2,4%
Clientes	1 179 874 €	827 618 €	827 618 €	352 256 €	42,6%	352 256 €	42,6%
Estado e outros entes públicos	3 020 494 €	1 573 263 €	3 439 615 €	1 447 231 €	92,0%	-419 122 €	-12,2%
Outras créditos a receber	12 554 182 €	8 331 178 €	8 331 178 €	4 223 004 €	50,7%	4 223 004 €	50,7%
Diferimentos	31 375 945 €	31 180 625 €	31 180 625 €	195 319 €	0,6%	195 319 €	0,6%
Caixa e depósitos bancários	148 419 137 €	184 936 697 €	466 468 386 €	-36 517 560 €	-19,7%	-318 049 249 €	-68,2%
Total do ativo corrente	**206 609 895 €**	**237 231 182 €**	**520 557 063 €**	**-30 621 287 €**	**-12,9%**	**-313 947 168 €**	**-60,3%**
Total do ativo em investimentos de ILD	**5 480 191 535 €**	**5 426 679 188 €**	**5 483 625 531 €**	**53 512 348 €**	**1,0%**	**-3 433 996 €**	**-0,1%**
Total do ativo afeto à operação (ML)	**441 890 450 €**	**476 515 703 €**	**761 503 211 €**	**-34 625 252 €**	**-7,3%**	**-319 612 761 €**	**-42,0%**
TOTAL DO ATIVO	**5 922 081 985 €**	**5 903 194 890 €**	**6 245 128 743 €**	**18 887 095 €**	**0,3%**	**-323 046 758 €**	**-5,2%**
CAPITAL PRÓPRIO							
Capital realizado	3 906 805 655 €	3 906 805 655 €	4 251 855 215 €	-	0,0%	-345 049 560 €	-8,1%
Reserva legal	21 597 €	21 597 €	21 597 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras reservas	1 501 878 €	1 501 878 €	1 501 878 €	-	0,0%	-	0,0%
Resultados transitados	-2 008 841 945 €	-1 984 842 365 €	-2 008 841 945 €	-23 999 579 €	1,2%	-	0,0%
Excedentes de revalorização	37 234 076 €	37 234 076 €	37 234 076 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras variações no capital próprio	10 529 462 €	10 597 455 €	60 082 753 €	-67 994 €	-0,6%	-49 553 291 €	-82,5%
Resultado líquido do exercício	-10 024 253 €	-23 999 579 €	**-6 413 769 €**	**13 975 326 €**	**-58,2%**	**-3 610 484 €**	**56,3%**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	**1 937 226 470 €**	**1 947 318 717 €**	**2 335 439 805 €**	**-10 092 247 €**	**-0,5%**	**-398 213 335 €**	**-17,1%**
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1 131 134 814 €	1 136 618 704 €	1 136 176 952 €	-5 483 890 €	-0,5%	-5 042 138 €	-0,4%
Provisões	4 272 501 €	4 272 501 €	4 272 501 €	-	0,0%	-	0,0%
Financiamentos obtidos	84 213 746 €	84 213 746 €	85 344 887 €	-	0,0%	-1 131 141 €	-1,3%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	266 571 270 €	266 801 355 €	265 670 571 €	-230 084 €	-0,1%	900 699 €	0,3%
Outros passivos financeiros		-	-	-	-	-	-
Total do passivo não corrente em investimentos de ILD	**1 131 134 814 €**	**1 136 618 704 €**	**1 136 176 952 €**	**-5 483 890 €**	**-0,5%**	**-5 042 138 €**	**-0,4%**
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	**355 057 517 €**	**355 287 601 €**	**355 287 958 €**	**-230 084 €**	**-0,1%**	**-230 442 €**	**-0,1%**
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	**1 486 192 331 €**	**1 491 906 306 €**	**1 491 464 910 €**	**-5 713 974 €**	**-0,4%**	**-5 272 579 €**	**-0,4%**
Passivo corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1 659 087 557 €	1 633 936 175 €	1 608 468 088 €	25 151 383 €	1,5%	50 619 469 €	3,1%
Fornecedores	6 706 390 €	2 699 979 €	2 987 727 €	4 006 411 €	148,4%	3 718 664 €	124,5%
Estado e outros entes públicos	4 039 085 €	3 363 376 €	3 363 376 €	675 708 €	20,1%	675 708 €	20,1%
Financiamentos obtidos	744 676 065 €	744 676 065 €	724 110 564 €	-	0,0%	20 565 501 €	2,8%
Outras dívidas a pagar	79 639 907 €	74 780 092 €	74 780 092 €	4 859 815 €	6,5%	4 859 815 €	6,5%
Diferimentos	4 514 180 €	4 514 180 €	4 514 180 €	-	0,0%	-	0,0%
Total do passivo corrente em investimentos de ILD	**1 659 087 557 €**	**1 633 936 175 €**	**1 608 468 088 €**	**25 151 383 €**	**1,5%**	**50 619 469 €**	**3,1%**
Total do passivo corrente afecto à operação (ML)	**839 575 627 €**	**830 033 693 €**	**809 755 940 €**	**9 541 934 €**	**1,1%**	**29 819 688 €**	**3,7%**
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	**2 498 663 185 €**	**2 463 969 868 €**	**2 418 224 028 €**	**34 693 317 €**	**1,4%**	**80 439 157 €**	**3,3%**
Total do passivo em investimentos de ILD	**2 790 222 372 €**	**2 770 554 879 €**	**2 744 645 040 €**	**19 667 492 €**	**0,7%**	**45 577 331 €**	**1,7%**
Total do passivo afeto à operação (ML)	**1 194 633 144 €**	**1 185 321 294 €**	**1 165 043 898 €**	**9 311 850 €**	**0,8%**	**29 589 246 €**	**2,5%**
TOTAL DO PASSIVO	**3 984 855 516 €**	**3 955 876 173 €**	**3 909 688 938 €**	**28 979 342 €**	**0,7%**	**75 166 578 €**	**1,9%**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	**5 922 081 985 €**	**5 903 194 890 €**	**6 245 128 743 €**	**18 887 095 €**	**0,3%**	**-323 046 758 €**	**-5,2%**

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

6.2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2024	2.º TRIM 2023	2.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Vendas e serviços prestados	65 261 913 €	63 337 403 €	67 514 012 €	1 924 509 €	3,0%	-2 252 099 €	-3,3%
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empr. conjuntos	18 647 €	-	-	18 647 €	-	18 647 €	-
Trabalhos para a própria entidade	33 662 €	14 138 €	3 451 832 €	19 524 €	138,1%	-3 418 169 €	-99,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 679 944 €	-1 476 550 €	-1 641 673 €	-203 395 €	13,8%	-38 271 €	2,3%
Fornecimentos e serviços externos	-17 942 306 €	-17 005 138 €	-19 175 791 €	-937 168 €	5,5%	1 233 484 €	-6,4%
Gastos com o pessoal	-49 544 272 €	-46 256 274 €	-49 318 384 €	-3 287 998 €	7,1%	-225 888 €	0,5%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	3 184 €	-	-	3 184 €	-	3 184 €	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	40 000 €	-	-40 000 €	-100,0%	-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-				
Aumentos / reduções de justo valor	378 879 €	318 196 €	-	60 683 €	19,1%	378 879 €	-
Outros rendimentos e ganhos	1 117 591 €	2 006 071 €	668 784 €	-888 481 €	-44,3%	448 807 €	67,1%
Outros gastos e perdas	-910 781 €	-1 719 231 €	-1 311 853 €	808 450 €	-47,0%	401 072 €	-30,6%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**-3 263 428 €**	**-741 384 €**	**186 927 €**	**-2 522 044 €**	**340,2%**	**-3 450 354 €**	**-1845,8%**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-6 306 791 €	-7 416 748 €	-6 167 696 €	1 109 957 €	-15,0%	-139 095 €	2,3%
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**-9 570 219 €**	**-8 158 132 €**	**-5 980 769 €**	**-1 412 087 €**	**17,3%**	**-3 589 450 €**	**60,0%**
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-454 035 €	-549 667 €	-433 000 €	95 632 €	-17,4%	-21 035 €	4,9%
Resultado antes de impostos	**-10 024 253 €**	**-8 707 799 €**	**-6 413 769 €**	**-1 316 454 €**	**15,1%**	**-3 610 484 €**	**56,3%**
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	**-10 024 253 €**	**-8 707 799 €**	**-6 413 769 €**	**-1 316 454 €**	**15,1%**	**-3 610 484 €**	**56,3%**

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

- 2.º TRIMESTRE DE 2024

1. ENQUADRAMENTO

O presente relatório do Conselho Fiscal (CF) visa dar cumprimento ao disposto no n.º 5, do artigo 14.º, dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, EPE (ML), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, no n.º 4, do artigo 97.º, do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024) e, ainda, na alínea i), do n.º 1, do artigo 44.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial - RJSPE) e reporta-se ao 2.º trimestre de 2024.

Na elaboração deste relatório foi tido em consideração o relatório da execução orçamental do referido trimestre, aprovado, pelo Conselho de Administração (CA) do ML, em 07/11/2024, enviado em 11/11/2024.

Por despachos de 02/09/2024, de S.E. a Secretária de Estado da Mobilidade (SEMob) e de 3/09/2024, de S.E. o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (SETF), foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento 2024-2026 do ML, *"...apenas...para o ano de 2024*...".

Esta autorização decorre do Despacho n.º 399/2024-SETF, de 28/08/2024, de S.E. o SETF que, além de aprovar o relatório de análise n.º 203/2024, de 22 de julho, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM), aprovou o PAO para o ano de 2024, e concedeu *as seguintes autorizações*[1]*:*

- *para a extensão do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-25 até 30 de setembro de 2024;*
- *para o aumento dos Gastos Operacionais em até três milhões de euros (2,2%), que, deduzindo 317 mil euros referentes aos gastos com as contratações acima assinaladas, limita o total destes gastos em 2024 ao valor de 145,9 milhões de euros."*

Em 27/03/2024, o Estado e o ML celebraram um Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de transporte de passageiros em vigor, que prorrogou o prazo de duração da concessão até 1 de julho de 2030 e alterou o clausulado, de modo a clarificar a situação dos Investimentos de Longa Duração (ILD) face ao regime financeiro das Infraestruturas Ferroviárias (definido no anexo ao Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro), a gestão dos ativos e o modelo de remuneração do ML, enquanto concessionário. O referido Aditamento foi objeto de visto prévio do Tribunal de Contas em 15/07/2024.

[1] No mesmo despacho foi ainda determinado que "*...a aprovação do PAO para 2024 não dispensa a empresa do cumprimento das disposições legais aplicáveis, e qualquer alteração significativa do mesmo, fora da margem de flexibilidade concedida pela autonomia de gestão, deverá obter aprovação acionista, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.*"

A fiscalização do ML encontra-se também cometida a um Revisor Oficial de Contas (ROC)[2], que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos termos do artigo 13.º dos Estatutos do ML.

Na análise efetuada, além dos documentos/instrumentos já referidos, foram também considerados o relatório do ROC, enviado ao CF em 6/12/2024, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5, do artigo 14.º, dos Estatutos do ML. Não foram ainda disponibilizadas atas das reuniões do CA do trimestre disponibilizadas.

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE

2.1. Atividade e Investimento

O 2.º trimestre de 2024 (em termos acumulados até 30 de junho de 2024) registou 68,3 milhões de passageiros transportados com título pago e 459,2 milhões de passageiros x Km, o que traduz, respetivamente, desvios de -12,0% e +10,4%, nos referidos indicadores de procura, face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período. Os mesmos indicadores evidenciam, respetivamente, variações de –6,3% (-4,6milhões) e +6,6% (+28,3milhões), face ao período homólogo do ano anterior[3].

A oferta, medida através do indicador "lugares x km", registou um desvio de -6,8 (-136,4 milhões)[4] em relação ao previsto para o mesmo período e uma variação de +5,2% (+93,8 milhões) face ao período homólogo de 2023[5].

O investimento (formação bruta de capital fixo) executado até ao final do 2.º trimestre de 2024 registou o montante global de 33,8M€, o que corresponde a uma taxa de execução de 39% face ao projetado para o mesmo período (86,3M€). Realça-se que:

(i) O investimento orçamentado para o prolongamento da linha Rato/Cais do Sodré (29,9M€) registou 80% de taxa de execução (23,8M€);

(ii) O investimento orçamentado para o prolongamento da linha S. Sebastião/Alcântara (35,0M€) registou 1% de taxa de execução (0,4M€); e

(iii) O investimento orçamentado para a modernização do sistema de sinalização e do material circulante, linhas A, B e C, (7,2M€) registou 57% de taxa de execução (4,1M€).

---

[2] João Cipriano & Associados, SROC, Lda, representada pelo ROC João Amaro Santos Cipriano.

[3] Impacta nas referidas variações, o facto dos passes 4_18 e sub_23, serem, no período homólogo, títulos pagos, e a partir de 1/1/2024 terem passado a ser títulos gratuitos (Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro).

[4] O desvio desfavorável registado na oferta é fundamentado pela empresa por interrupções na circulação de comboios causadas por fatores não controláveis, nomeadamente constrangimentos na circulação devido às obras em curso que têm originado interrupções nas linhas verde e amarela.

[5] A variação positiva é fundamentada pela empresa pelo aumento do nº de comboios por Km e pelo esforço do ML em colmatar as interrupções de rede, devidos às obras em curso (projeto linha circular) com efeitos sobre as linhas Verde e Amarela, bem como em efetuar as intervenções necessárias à manutenção e substituição de meios mecânicos.

2.2. Desempenho económico e financeiro

Não obstante se verifique que as contas relativas aos exercícios de 2022 e 2023 ainda não estão aprovadas pelo "acionista" e que as demonstrações financeiras que integram o documento em apreciação se encontram sujeitas aos trabalhos de revisão legal das contas da Sociedade[6], da análise efetuada ao Relatório de execução do 2.º trimestre 2024, o CF destaca o seguinte:

- O prejuízo de 10,0M€, registado no final do período, representa um desvio desfavorável de 3,6M€ face ao orçamentado para o mesmo período (prejuízo de 6,4M€), em consequência, essencialmente, dos desvios desfavoráveis nos trabalhos para a própria empresa (-99% | -3,4M€)[7] e nas vendas e serviços prestados (-3,3% | -2,3M€)[8]. Da estrutura de gastos operacionais, salienta-se o desvio favorável dos FSE (--6,4% | -1,2M€).

  O prejuízo registado representa uma variação desfavorável face ao prejuízo registado no período homólogo de 2023 (prejuízo de 8,7M€), decorrente da combinação de um conjunto de fatores, destacando-se a variação desfavorável dos gastos com pessoal, em cerca de +3,3M€ (+7,1%), decorrente do aumento do custo do plano de pensões (+1,9M€) face à atualização do estudo atuarial e do impacto da valorização salarial (+1,3M€), decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro.

- O rédito, constituído por receitas tarifárias[9] de 43,6M€, compensações financeiras[10] de 1,1M€, "pagamentos por conta"[11] de 16,9M€ e receitas não tarifárias[12] de 4,1M€, que globalmente ascende a 65,7M€, traduz um desvio desfavorável de 3,3% (-2,3M€) face ao orçamentado para o mesmo período e um aumento de 3,0% (+1,9M€) face ao período homólogo, este último influenciado pelo aumento dos "pagamentos por conta" em +9,7M€ face ao 2.º trimestre de 2023.

  Sobre os "pagamentos por conta" (repartição tarifária dos passes Navegante), sublinha-se que esta receita havia sido orçamentada (para o período) em 2,4M€ e a respetiva execução ascendeu a 16,9M€, em virtude de o orçamento para 2024 considerar o anterior modelo de repartição das receitas, denominado por PART[13].

---

[6] Nos termos do artigo 45.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) e do artigo 451.º do CSC

[7] Relacionado com a baixa execução dos investimentos.

[8] Influenciado, essencialmente, pelo novo modelo de repartição tarifária.

[9] Venda de bilhetes e passes.

[10] Passes sociais (4_18, Sub23 e Social+), gratuitos Lisboa e antigos combatentes.

[11] Com a entrada em vigor em 01/01/2024 do Regulamento n.º 1362-C/2023, de 27/12, que procede à 6.ª alteração do Regulamento n.º 278-A/2019, de 27/3, foram implementadas novas Regras Gerais no Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa, e aprovada uma nova metodologia de repartição pelos operadores das receitas geradas pela venda dos passes Navegante, incluindo a sua autonomização relativamente às receitas provenientes da venda de outros passes e títulos ocasionais. De acordo com este Regulamento, a receita dos passes Navegante fica associada à venda conseguida por cada operador, passando a estar dependente do comportamento da procura.

[12] Venda e personalização de cartões, espaços comerciais, aluguer de espaços e subconcessões.

[13] Programa de Apoio à Redução Tarifária aprovado através do Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro.

- O capital próprio registado a 30 de junho, de 1.937M€, representa um desvio desfavorável de 398,2M€ (-17,1%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, o qual decorre, essencialmente, do desvio na execução das dotações de capital (-345,0M€)[14] e do desvio na execução de "Outras variações no capital próprio" (-49,6M€)[15], este último relacionado com o reconhecimento dos subsídios aos investimentos.

  O Capital Próprio regista uma diminuição de 10,1M€ (-0,5%), face a 31 de dezembro de 2023, por via do impacto do prejuízo registado no período em análise.

- O Ativo registado a 30 de junho, de 5.922M€, representa um desvio desfavorável de 323,0M€ (-5,2%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, em resultado, essencialmente, do desvio desfavorável da rubrica "caixa e depósitos bancários" (-318,1M€), em virtude da não execução do recebimento de dotação de capital para amortização de um financiamento, orçamentado para o final do período (300,0M€)[16], e do desvio da execução dos principais projetos em curso (-44,9M€)

  O aumento do Ativo em 18,9M€ (+0,3%), face a 31 de dezembro de 2023, decorre, essencialmente, da diminuição do saldo de caixa e depósitos à ordem (-36,5M€) e do acréscimo do saldo dos investimentos de ILD (+53,5M€), realçando-se, deste acréscimo (ILD): (i) +29,2M€ de investimentos em curso, e (ii) +25,8M€ de encargos financeiros e variação do *mark-to-market* dos contratos *swap*.

- O Passivo, de 3.985M€, registado no final do período representa um desvio desfavorável de 75,2M€ (+1,9%) face ao orçamentado e aprovado, decorrente, sobretudo, dos desvios registados no passivo ILD (corrente e não corrente), de +45,6M€ (+2,7%)[17], e nos financiamentos obtidos (corrente e não corrente), de +19,4M€ (+ 1,5%)[18].

  O aumento do Passivo em 28,9M€ (+0,7%), face a 31 de dezembro de 2023, resulta, essencialmente, do aumento do passivo ILD (corrente e não corrente) em 19,7M€ (+1%).

3. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS

Atenta a informação constante do ponto 3. do Relatório de execução do 2.º trimestre de 2024, as obrigações legais aplicáveis, o despacho que aprovou o PAO 2024 e as orientações transmitidas aquando da elaboração dos PAO para 2024 (vd. Ponto 1.), salientam-se os seguintes aspetos:

[14] Não se concretizaram os aumentos de capital orçamentados para o período para a amortização do financiamento ABN AMRO, de 300M€, cuja liquidação ocorreu em julho de 2024, tendo o recebimento de dotação de capital ocorrido no mesmo período.

[15] Essencialmente devido ao menor grau de execução dos investimentos subsidiados.

[16] Dotação de capital prevista para a amortização do financiamento ABN AMRO cuja liquidação ocorreu em julho de 2024.

[17] Inclui o impacto da não execução da conversão de dívidas ao Estado (ILD) em Ativo (contas a receber do Estado – ILD).

[18] Inclui o impacto da não execução da conversão de dívidas do Estado em capital.

Autorizações /Orientações	Observações do CF
Extensão até 30/09/2024 do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023/2025. (Despacho aprovação PAO e n.ºs 1, 2 e 3, do artigo 132.º, do DLEO para 2024)	No âmbito da aprovação do PAO 2024 foi autorizado um aumento líquido de 53 trabalhadores (novas contratações), a concretizar até 30 de setembro de 2024. Em 30/06/2024, regista-se -4 trabalhadores, em termos globais e sem considerar os órgãos sociais, face a 31/12/2023 (1.569), devido a atrasos nos processos de contratação aprovados, bem como na substituição de saídas. Esta matéria merece especial atenção/acompanhamento.
Aumento dos Gastos Operacionais até ao limite de 145,9 M€, face a 2023 (Despacho aprovação PAO)	Em 30/06/2024, os gastos operacionais[19] totalizaram 69,2M€, representando um desvio de -1M€ face ao aprovado e projetado para o período e um acréscimo de 4,4 M€ face a igual período de 2023, decorrente do aumento dos gastos com o pessoal, conforme atrás exposto. Com base no orçamentado e aprovado, no período em análise foi dado cumprimento a este requisito
Eficiência Operacional – Rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios, igual ou inferior ao verificado em 2023. (artigo 37.º LOE para 2024 e n.º 1 do artigo 134.º do DLEO de 2024)	Em 30/06/2024, o peso dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN)[20] ascendeu a 106%, o que representa uma menor eficiência operacional face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período (-2,1 p.p.) e ao período homólogo (-3,77 p.p.). Com base no orçamentado e aprovado, no período em análise, não foi dado cumprimento a este requisito.
Programa Pagar a Tempo e Horas - Prazo médio de pagamentos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e Despacho n.º 9870/2009, publicado em 13 de abril)	Em 30/06/2024, o PMP era de 22 dias (menos 23 dias do que o previsto no PAO e mais 7 dias do que o valor registado no final do 2.º trimestre de 2023). Com base no orçamentado e aprovado para o período em análise, foi dado cumprimento a este requisito.
Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho)	Até ao final do 2.º trimestre, o ML tinha fundos disponíveis de 560,6 M€, assumiu compromissos de 479,6 M€ e efetuou pagamentos de 108,6 M€. Em consequência, os fundos disponíveis registam uma variação positiva de 81 M€ e os compromissos assumidos e por pagar ascendem a 371 M€. Assim, o ML não consta da "*Lista das entidades da Administração Central, que se encontram em incumprimento nos termos dos n.ºs 5 e 6 do art.º 7.º do DL 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo DL 99/2015, de 2 de junho*". Em 30/06/2024, a empresa não dispunha de pagamentos em atraso.
Princípio da Unidade de Tesouraria (Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, art.º 28.º do RJSPE, art.º 105.º LOE para 2024 e art.º 91.º do DLEO de 2024 - aguarda Despacho do IGCP)	Em 30/06/2024, o ML possuía 99,1% das suas disponibilidades no Tesouro (147,1 M€). O remanescente (1,3 M€), depositado junto da banca comercial, encontra-se dispensado de cumprimento da UTE por decisão favorável de 26/11/2024 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.

[19] Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com o Pessoal (GcP).

[20] O volume de negócios integra as receitas tarifárias, compensações financeiras, pagamentos por conta e receitas não tarifárias.

Autorizações /Orientações	Observações do CF
Endividamento – Crescimento global limitado a 2 %, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos, face a 2023 (artigo 38.º da LOE para 2024 e artigo 135.º do DLEO 2024)	O ML registou uma variação nula do endividamento, por aplicação da fórmula de cálculo prevista no DLEO para 2024. Até 30/06/2024 não ocorreram alterações no passivo remunerado e no capital social, face a 31/12/2023, e não se registaram novos investimentos com expressão material.

4. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Os contratos celebrados entre 1/04/2024 e 30/06/2024 e publicados, no Portal Base dos Contratos Públicos (pesquisa efetuada em 03/12/2024), totalizaram 62 procedimentos contratuais, num preço contratual global de 14,9 M€. O tipo de procedimento mais expressivo é o concurso público (12,8 M€; 85,9% do total), seguido do ajuste direto de regime geral (1 M€; 6,5 % do total), dos setores especiais (0,8 M€; 5,5% do total) e, por fim, da consulta prévia (0,3 M€; 2%).

Da análise dos dados publicados resulta ainda que:

- O CPV mais relevante é a aquisição de serviços de limpeza (à semelhança do trimestre anterior), abrangendo dois contratos com maior valor de adjudicação, antecedidos de procedimentos por concurso público (Contratos n.ºs 27/2024-ML e 33/2024-ML);
- Dos 9 procedimentos por ajuste direto e consulta prévia, todos foram objeto de publicação, no Portal Base, antes do final do prazo de execução dos contratos[21], em aparente consonância com a regra estabelecida no n.º 3, do art.º 127.º, do Código dos Contratos Públicos, na redação atual[22].

No mesmo período, foram publicados, na 2.ª Série do Diário da República, anúncios referentes a 14 concursos públicos (5 deles resultantes de alterações de anúncios anteriores no mesmo trimestre ou do 1.º trimestre[23]), cujo preço base total ascendeu a 16,8 M€, com destaque para o anúncio n.º 12980/2024, referente à "Aquisição de Serviços de Coordenação, Fiscalização, Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente das Obras do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara", cujo preço base é de 13,5 M€ e foi objeto de publicitação no Jornal Oficial da União Europeia.

[21] Diferença entre a data da celebração do contrato (acrescida do prazo de execução) e a data da publicação no Portal Base.

[22] Este preceito dispõe que: "*…a publicitação referida no n.º 1 é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos*". Por seu turno, o n.º 1 do mesmo preceito estabelece que "*a celebração de quaisquer contratos na sequência de consulta prévia ou ajuste direto deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal dos contratos públicos…*".

[23] Aviso n.º 11933/2024 (alteração do Anúncio n.º 5713/2024, publicado em 28/03/2024), referente à "Empreitada de Conceção e Construção, Aquisição de Veículos e Serviços de Manutenção da Linha Violeta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.", com um preço base de 450 M€.

5. RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO ML

Como já referido, o CF teve também em consideração o Relatório do ROC – 2.º trimestre 2024, que se considera aqui como reproduzido, no qual este identifica os desvios que considera relevantes nos resultados e na situação patrimonial do ML face ao orçamentado, bem como as variações mais significativas (resultados) em relação ao período homólogo.

Do referido relatório destaca-se a seguinte consideração adicional "... *a informação financeira da entidade reportada a 30 de junho de 2024, (…), tem subjacentes registos contabilísticos preparados com os pressupostos contratuais e financeiros, que se mantinham nessa data, e que determinaram as reservas colocadas na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, constante da respetiva Certificação Legal das Contas*".

6. CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o CF emite o presente relatório que reflete o acompanhamento à execução do ML no período que terminou em 30/06/2024.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo às contas no final do 2.º trimestre de 2024 reflete a atividade e o desempenho do ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

O relatório de execução do PAO referente ao período que terminou em 30/06/2024 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF devem ser objeto de divulgação pública e ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do respetivo setor de atividade, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 16 de dezembro de 2024.

O Conselho Fiscal

Presidente	Vogal efetiva	Vogal efetiva

JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.
Inscrita na OROC sob o n.º 119
Inscrita na CMVM sob o nº 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Capital Social 5.000,00 Euros
Contribuinte n.º 503 342 742

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO

ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

2.º TRIMESTRE 2024

Introdução

1. O presente relatório reporta-se às contas no final do **2.º trimestre de 2024** do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** (o ML ou da Entidade) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até o final do 2.º trimestre de 2024, tendo por base:

   - a informação financeira e de gestão com referência a 31 de março de 2024, designadamente, o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas;
   - o "Plano de Atividades e Orçamento (PAO)" para 2024 aprovado pelo Despacho conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, em 3 de setembro de 2024;
   - o "Relatório Trimestral" preparado pela Entidade com referência ao 2.º trimestre de 2024 e apreciado na reunião do Conselho de Administração de 7 de novembro de 2024.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao PAO de 2024 e respetivas causas.

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acauditores.pt – Internet: www.acauditores.pt

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:

   a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;

   b) Análise do balancete com referência a 30 de junho de 2024 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de seis meses findo nessa data, incluindo testes à verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte; e

   c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.

Conclusões

6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

   a) <u>Balanço:</u>

   A Entidade apresenta no ponto 6.1. do Relatório referente ao 1.º trimestre de 2024 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes do Balanço em 30 de junho de 2024 e os valores orçamentados no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2024, para o final do segundo trimestre de 2024, e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano 2023, onde se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2023 para 2024 em valor e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

   Da análise efetuada aos desvios ocorridos, entendemos destacar os seguintes aspetos:

   - O total do **Ativo** registou um desvio desfavorável de 5,2%, em valor -323 milhões de euros, face ao PAO de 2024, que se deveu fundamentalmente às seguintes situações:

     - desvio desfavorável de -3,4 milhões de euros, na rubrica "Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração" (ILD) fruto da realização de investimentos abaixo do previsto nos principais projetos em curso, nomeadamente na obra de prolongamento da Linha Vermelha (S. Sebastião / Alcântara), no investimento na Modernização do Sistema de Sinalização CBTC e na Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores). Contudo, o reconhecimento nesta rubrica da quantia de 47,9 milhões euros relativos à estimativa de conversão de dívida da DGTF-ILD (+51,03 milhões de

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acauditores.pt – Internet: www.acauditores.pt

Capital Social 5.000,00 Euros
Contribuinte n.º 503 342 742

euros) e valor de conversão de juros ILD e SWAP MtM (-3,17 milhões de euros) permitiram atenuar o impacto negativo nesta rubrica;

- desvio desfavorável de -6,1 milhões de euros, na rubrica "Ativo Fixo Tangível", devido à menor execução dos investimentos em curso, nomeadamente: Projeto de "Modernização/Aquisição de 14 UT + instalação de CBTC em 70 UT"; Aquisição de uma Máquina Esmeriladora; Sistema de Informação ao Cliente; e Projeto "Normalização Imagem ML";
- desvio favorável +4,2 milhões de euros em "Outras Contas a Receber", explicado pelos desvios em acréscimo de rendimentos, de +3,3 milhões de euros, em devedores diversos, de +900 mil euros;
- Desvio desfavorável em "Caixa e Depósitos bancários", de -318,1 milhões de euros, devido essencialmente ao facto de o recebimento da DGTF para amortização do financiamento ABN AMRO (*Schuldschein*) de 300 milhões de euros, não ter ocorrido em junho, mas em julho de 2024. Por outro lado, este desvio deve-se também à 2.ª fase da candidatura do projeto RA/CS ao "Programa do Sustentável 2030" ter sido submetida apenas no final do 2.º trimestre de 2024, não tendo sido recebida qualquer verba do Fundo de Coesão, pelo que os pagamentos deste projeto têm sido assegurados com recurso ao saldo de gerência do Fundo Ambiental.

- O **Passivo** total registou um desvio desfavorável de +75,2 milhões de euros, face ao valor previsto no PAO de 2024, que se deveu às seguintes situações:

  - desvio desfavorável de +45,6 milhões de euros, na rubrica "Investimento de ILD" (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente) decorrente, essencialmente: (i) em *sentido favorável*, da flutuação do "*mark-to-mark*" dos derivados (-4,13 milhões de euros) e da redução de 912 mil euros, no financiamento DGTF previsto para encargos com SWAP, e (ii) em *sentido desfavorável*, decorrente do aumento na rubrica de financiamento de curto prazo – DGTF, de + 51,04 milhões de euros, respeitante a estimativa de conversão de dívida ILD;
  - desvio desfavorável de +20,6 milhões de euros na rubrica de "Financiamento Obtido" do Passivo Corrente, associada à previsão de conversão em dotação de capital;
  - desvio desfavorável de +4,9 milhões de euros, na rubrica "Outras Dividas e Pagar" do Passivo Corrente, justificado pelo aumento de 3,1 milhões de euros nas dividas a fornecedores de investimento, e pelo incremento de 1,8 milhões de euros nos acréscimos de gastos (pessoal, juros DGTF, valores a regularizar de títulos de transporte e reconciliação de venda).

- Quanto ao **Capital Próprio**, verificou-se um desvio desfavorável de -398,2 milhões de euros, justificado pelo efeito conjugado dos seguintes fatores:

  - desvio desfavorável de -345,05 milhões de euros, na rubrica "Capital Realizado", dado não ter ocorrido no período em causa qualquer dotação de capital para serviço da dívida, conforme referido a propósito da rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários";

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acauditores.pt – Internet: www.acauditores.pt

- desvio desfavorável de -49,6 milhões de euros, na rubrica "Outras Variações no Capital Próprio", que se deveu, em grande parte, ao menor grau de execução dos investimentos subsidiados;
- desvio desfavorável de -3,6 milhões de euros, verificado no resultado líquido do período, cujas principais variações ocorridas são analisadas na alínea b) deste ponto.

b) Demonstração dos resultados

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório referente ao 2.º Trimestre de 2024 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados até 30 de junho desse ano com os valores orçamentados no PAO de 2024 e as variações ocorridas face ao período homólogo de 2023, em valor e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mapa do ponto 6.2 do referido Relatório, constata-se que no final do 2.º Trimestre de 2024 a Entidade apresenta um resultado líquido negativo de 10,02 milhões de euros, o que equivale a um agravamento do prejuízo em cerca de 15,1%, no valor de 1,3 milhões de euros, quando comparado com o período homólogo de 2023 (-8,7 milhões de euros), apresentando um desvio desfavorável de 56,3% (-3,6 milhões de euros), face ao resultado previsto no PAO de 2024 (-6,4 milhões de euros).

Os principais fatores contributivos para o **desvio face ao PAO de 2024** foram os seguintes:

- desvio desfavorável de 3,3% (-2,3 milhões de euros) na rubrica "Vendas e Serviços Prestados", devido alterações na repartição dos réditos associados ao tarifário dos passes Navegante no âmbito do novo regulamento;
- desvio desfavorável de 99,0%, no valor de 3,42 milhões de euros, na rubrica "Trabalhos para Própria Entidade", em consequência da menor execução dos investimentos.

Quanto à **comparação com o período homólogo do ano anterior,** destacamos as seguintes variações:

- comportamento favorável de +1,9 milhões de euros na rubrica "Vendas e Serviços Prestados", justificado, essencialmente, pelo aumento significativo dos Pagamentos por conta no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante;
- variação desfavorável de -3,3 milhões de euros na rubrica de "Gastos com o Pessoal" sendo a mesma explicada pelo aumento do custo do plano de pensões (aproximadamente +1,93 milhão de euros), face à atualização do estudo atuarial, e de 1,3 milhões de euros dos gastos com a variação da massa salarial decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro.

c) Consideração adicional:

As referências sobre a informação financeira da Entidade reportada a 30 de junho de 2024, efetuadas nas anteriores alíneas a) e b) do ponto 6 deste relatório, têm subjacentes registos

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acauditores.pt – Internet: www.acauditores.pt

Capital Social 5.000,00 Euros
Contribuinte n.º 503 342 742

contabilísticos preparados com os pressupostos contratuais e financeiros, que se mantinham nessa data, e que determinaram as reservas colocadas na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, constante da respetiva Certificação Legal das Contas.

Restrições na distribuição e uso

7. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, em 6 de dezembro de 2024

"João Cipriano & Associado, SROC, Lda"
(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 119 na OROC, com registo nº 20161438 na CMVM)
Representada por

João Amaro Santos Cipriano
(Revisor Oficial de Contas n.º 631 na OROC, com registo nº 20160277 na CMVM)

Capital Social 5.000,00 Euros
Contribuinte n.º 503 342 742

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acauditores.pt – Internet: www.acauditores.pt

JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.
Inscrita na OROC sob o n.º 119
Inscrita na CMVM sob o nº 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Capital Social 5.000,00 Euros
Contribuinte n.º 503 342 742

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO

ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

2.º TRIMESTRE 2024

Introdução

1. O presente relatório reporta-se às contas no final do **2.º trimestre de 2024** do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** (o ML ou da Entidade) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até o final do 2.º trimestre de 2024, tendo por base:

   - a informação financeira e de gestão com referência a 31 de março de 2024, designadamente, o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas;
   - o "Plano de Atividades e Orçamento (PAO)" para 2024 aprovado pelo Despacho conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, em 3 de setembro de 2024;
   - o "Relatório Trimestral" preparado pela Entidade com referência ao 2.º trimestre de 2024 e apreciado na reunião do Conselho de Administração de 7 de novembro de 2024.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao PAO de 2024 e respetivas causas.

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acauditores.pt – Internet: www.acauditores.pt

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:

   a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;

   b) Análise do balancete com referência a 30 de junho de 2024 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de seis meses findo nessa data, incluindo testes à verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte; e

   c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.

Conclusões

6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

   a) <u>Balanço:</u>

   A Entidade apresenta no ponto 6.1. do Relatório referente ao 1.º trimestre de 2024 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes do Balanço em 30 de junho de 2024 e os valores orçamentados no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2024, para o final do segundo trimestre de 2024, e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano 2023, onde se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2023 para 2024 em valor e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

   Da análise efetuada aos desvios ocorridos, entendemos destacar os seguintes aspetos:

   - O total do **Ativo** registou um desvio desfavorável de 5,2%, em valor -323 milhões de euros, face ao PAO de 2024, que se deveu fundamentalmente às seguintes situações:

     - desvio desfavorável de -3,4 milhões de euros, na rubrica "Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração" (ILD) fruto da realização de investimentos abaixo do previsto nos principais projetos em curso, nomeadamente na obra de prolongamento da Linha Vermelha (S. Sebastião / Alcântara), no investimento na Modernização do Sistema de Sinalização CBTC e na Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores). Contudo, o reconhecimento nesta rubrica da quantia de 47,9 milhões euros relativos à estimativa de conversão de dívida da DGTF-ILD (+51,03 milhões de

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acauditores.pt – Internet: www.acauditores.pt

Capital Social 5.000,00 Euros
Contribuinte n.º 503 342 742

euros) e valor de conversão de juros ILD e SWAP MtM (-3,17 milhões de euros) permitiram atenuar o impacto negativo nesta rubrica;

- desvio desfavorável de -6,1 milhões de euros, na rubrica "Ativo Fixo Tangível", devido à menor execução dos investimentos em curso, nomeadamente: Projeto de "Modernização/Aquisição de 14 UT + instalação de CBTC em 70 UT"; Aquisição de uma Máquina Esmeriladora; Sistema de Informação ao Cliente; e Projeto "Normalização Imagem ML";
- desvio favorável +4,2 milhões de euros em "Outras Contas a Receber", explicado pelos desvios em acréscimo de rendimentos, de +3,3 milhões de euros, em devedores diversos, de +900 mil euros;
- Desvio desfavorável em "Caixa e Depósitos bancários", de -318,1 milhões de euros, devido essencialmente ao facto de o recebimento da DGTF para amortização do financiamento ABN AMRO (*Schuldschein*) de 300 milhões de euros, não ter ocorrido em junho, mas em julho de 2024. Por outro lado, este desvio deve-se também à 2.ª fase da candidatura do projeto RA/CS ao "Programa do Sustentável 2030" ter sido submetida apenas no final do 2.º trimestre de 2024, não tendo sido recebida qualquer verba do Fundo de Coesão, pelo que os pagamentos deste projeto têm sido assegurados com recurso ao saldo de gerência do Fundo Ambiental.

- O **Passivo** total registou um desvio desfavorável de +75,2 milhões de euros, face ao valor previsto no PAO de 2024, que se deveu às seguintes situações:

  - desvio desfavorável de +45,6 milhões de euros, na rubrica "Investimento de ILD" (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente) decorrente, essencialmente: (i) em *sentido favorável*, da flutuação do "*mark-to-mark*" dos derivados (-4,13 milhões de euros) e da redução de 912 mil euros, no financiamento DGTF previsto para encargos com SWAP, e (ii) em *sentido desfavorável*, decorrente do aumento na rubrica de financiamento de curto prazo – DGTF, de + 51,04 milhões de euros, respeitante a estimativa de conversão de dívida ILD;
  - desvio desfavorável de +20,6 milhões de euros na rubrica de "Financiamento Obtido" do Passivo Corrente, associada à previsão de conversão em dotação de capital;
  - desvio desfavorável de +4,9 milhões de euros, na rubrica "Outras Dividas e Pagar" do Passivo Corrente, justificado pelo aumento de 3,1 milhões de euros nas dividas a fornecedores de investimento, e pelo incremento de 1,8 milhões de euros nos acréscimos de gastos (pessoal, juros DGTF, valores a regularizar de títulos de transporte e reconciliação de venda).

- Quanto ao **Capital Próprio**, verificou-se um desvio desfavorável de -398,2 milhões de euros, justificado pelo efeito conjugado dos seguintes fatores:

  - desvio desfavorável de -345,05 milhões de euros, na rubrica "Capital Realizado", dado não ter ocorrido no período em causa qualquer dotação de capital para serviço da dívida, conforme referido a propósito da rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários";

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acauditores.pt – Internet: www.acauditores.pt

- desvio desfavorável de -49,6 milhões de euros, na rubrica "Outras Variações no Capital Próprio", que se deveu, em grande parte, ao menor grau de execução dos investimentos subsidiados;
- desvio desfavorável de -3,6 milhões de euros, verificado no resultado líquido do período, cujas principais variações ocorridas são analisadas na alínea b) deste ponto.

b) Demonstração dos resultados

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório referente ao 2.º Trimestre de 2024 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados até 30 de junho desse ano com os valores orçamentados no PAO de 2024 e as variações ocorridas face ao período homólogo de 2023, em valor e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mapa do ponto 6.2 do referido Relatório, constata-se que no final do 2.º Trimestre de 2024 a Entidade apresenta um resultado líquido negativo de 10,02 milhões de euros, o que equivale a um agravamento do prejuízo em cerca de 15,1%, no valor de 1,3 milhões de euros, quando comparado com o período homólogo de 2023 (-8,7 milhões de euros), apresentando um desvio desfavorável de 56,3% (-3,6 milhões de euros), face ao resultado previsto no PAO de 2024 (-6,4 milhões de euros).

Os principais fatores contributivos para o **desvio face ao PAO de 2024** foram os seguintes:

- desvio desfavorável de 3,3% (-2,3 milhões de euros) na rubrica "Vendas e Serviços Prestados", devido alterações na repartição dos réditos associados ao tarifário dos passes Navegante no âmbito do novo regulamento;
- desvio desfavorável de 99,0%, no valor de 3,42 milhões de euros, na rubrica "Trabalhos para Própria Entidade", em consequência da menor execução dos investimentos.

Quanto à **comparação com o período homólogo do ano anterior,** destacamos as seguintes variações:

- comportamento favorável de +1,9 milhões de euros na rubrica "Vendas e Serviços Prestados", justificado, essencialmente, pelo aumento significativo dos Pagamentos por conta no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante;
- variação desfavorável de -3,3 milhões de euros na rubrica de "Gastos com o Pessoal" sendo a mesma explicada pelo aumento do custo do plano de pensões (aproximadamente +1,93 milhão de euros), face à atualização do estudo atuarial, e de 1,3 milhões de euros dos gastos com a variação da massa salarial decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro.

c) Consideração adicional:

As referências sobre a informação financeira da Entidade reportada a 30 de junho de 2024, efetuadas nas anteriores alíneas a) e b) do ponto 6 deste relatório, têm subjacentes registos

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acauditores.pt – Internet: www.acauditores.pt

Capital Social 5.000,00 Euros
Contribuinte n.º 503 342 742

contabilísticos preparados com os pressupostos contratuais e financeiros, que se mantinham nessa data, e que determinaram as reservas colocadas na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, constante da respetiva Certificação Legal das Contas.

Restrições na distribuição e uso

7. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, em 6 de dezembro de 2024

"João Cipriano & Associado, SROC, Lda"
(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 119 na OROC, com registo nº 20161438 na CMVM)
Representada por

João Amaro Santos Cipriano
(Revisor Oficial de Contas n.º 631 na OROC, com registo nº 20160277 na CMVM)

Capital Social 5.000,00 Euros
Contribuinte n.º 503 342 742

Praça de Alvalade, n.º 6, 3º Dto. 1700-036 LISBOA
Telefone: +351 218 166 180 – Fax: +351 218 166 183
E-mail: geral@acauditores.pt – Internet: www.acauditores.pt

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

- 2.º TRIMESTRE DE 2024

1. ENQUADRAMENTO

O presente relatório do Conselho Fiscal (CF) visa dar cumprimento ao disposto no n.º 5, do artigo 14.º, dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, EPE (ML), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, no n.º 4, do artigo 97.º, do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024) e, ainda, na alínea i), do n.º 1, do artigo 44.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial - RJSPE) e reporta-se ao 2.º trimestre de 2024.

Na elaboração deste relatório foi tido em consideração o relatório da execução orçamental do referido trimestre, aprovado, pelo Conselho de Administração (CA) do ML, em 07/11/2024, enviado em 11/11/2024.

Por despachos de 02/09/2024, de S.E. a Secretária de Estado da Mobilidade (SEMob) e de 3/09/2024, de S.E. o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (SETF), foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento 2024-2026 do ML, *"...apenas...para o ano de 2024*...".

Esta autorização decorre do Despacho n.º 399/2024-SETF, de 28/08/2024, de S.E. o SETF que, além de aprovar o relatório de análise n.º 203/2024, de 22 de julho, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM), aprovou o PAO para o ano de 2024, e concedeu *as seguintes autorizações*[1]*:*

- *para a extensão do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-25 até 30 de setembro de 2024;*
- *para o aumento dos Gastos Operacionais em até três milhões de euros (2,2%), que, deduzindo 317 mil euros referentes aos gastos com as contratações acima assinaladas, limita o total destes gastos em 2024 ao valor de 145,9 milhões de euros."*

Em 27/03/2024, o Estado e o ML celebraram um Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de transporte de passageiros em vigor, que prorrogou o prazo de duração da concessão até 1 de julho de 2030 e alterou o clausulado, de modo a clarificar a situação dos Investimentos de Longa Duração (ILD) face ao regime financeiro das Infraestruturas Ferroviárias (definido no anexo ao Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro), a gestão dos ativos e o modelo de remuneração do ML, enquanto concessionário. O referido Aditamento foi objeto de visto prévio do Tribunal de Contas em 15/07/2024.

[1] No mesmo despacho foi ainda determinado que "*...a aprovação do PAO para 2024 não dispensa a empresa do cumprimento das disposições legais aplicáveis, e qualquer alteração significativa do mesmo, fora da margem de flexibilidade concedida pela autonomia de gestão, deverá obter aprovação acionista, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.*"

A fiscalização do ML encontra-se também cometida a um Revisor Oficial de Contas (ROC)[2], que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos termos do artigo 13.º dos Estatutos do ML.

Na análise efetuada, além dos documentos/instrumentos já referidos, foram também considerados o relatório do ROC, enviado ao CF em 6/12/2024, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5, do artigo 14.º, dos Estatutos do ML. Não foram ainda disponibilizadas atas das reuniões do CA do trimestre disponibilizadas.

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE

2.1. Atividade e Investimento

O 2.º trimestre de 2024 (em termos acumulados até 30 de junho de 2024) registou 68,3 milhões de passageiros transportados com título pago e 459,2 milhões de passageiros x Km, o que traduz, respetivamente, desvios de -12,0% e +10,4%, nos referidos indicadores de procura, face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período. Os mesmos indicadores evidenciam, respetivamente, variações de –6,3% (-4,6milhões) e +6,6% (+28,3milhões), face ao período homólogo do ano anterior[3].

A oferta, medida através do indicador "lugares x km", registou um desvio de -6,8 (-136,4 milhões)[4] em relação ao previsto para o mesmo período e uma variação de +5,2% (+93,8 milhões) face ao período homólogo de 2023[5].

O investimento (formação bruta de capital fixo) executado até ao final do 2.º trimestre de 2024 registou o montante global de 33,8M€, o que corresponde a uma taxa de execução de 39% face ao projetado para o mesmo período (86,3M€). Realça-se que:

(i) O investimento orçamentado para o prolongamento da linha Rato/Cais do Sodré (29,9M€) registou 80% de taxa de execução (23,8M€);

(ii) O investimento orçamentado para o prolongamento da linha S. Sebastião/Alcântara (35,0M€) registou 1% de taxa de execução (0,4M€); e

(iii) O investimento orçamentado para a modernização do sistema de sinalização e do material circulante, linhas A, B e C, (7,2M€) registou 57% de taxa de execução (4,1M€).

---

[2] João Cipriano & Associados, SROC, Lda, representada pelo ROC João Amaro Santos Cipriano.

[3] Impacta nas referidas variações, o facto dos passes 4_18 e sub_23, serem, no período homólogo, títulos pagos, e a partir de 1/1/2024 terem passado a ser títulos gratuitos (Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro).

[4] O desvio desfavorável registado na oferta é fundamentado pela empresa por interrupções na circulação de comboios causadas por fatores não controláveis, nomeadamente constrangimentos na circulação devido às obras em curso que têm originado interrupções nas linhas verde e amarela.

[5] A variação positiva é fundamentada pela empresa pelo aumento do nº de comboios por Km e pelo esforço do ML em colmatar as interrupções de rede, devidos às obras em curso (projeto linha circular) com efeitos sobre as linhas Verde e Amarela, bem como em efetuar as intervenções necessárias à manutenção e substituição de meios mecânicos.

2.2. Desempenho económico e financeiro

Não obstante se verifique que as contas relativas aos exercícios de 2022 e 2023 ainda não estão aprovadas pelo "acionista" e que as demonstrações financeiras que integram o documento em apreciação se encontram sujeitas aos trabalhos de revisão legal das contas da Sociedade[6], da análise efetuada ao Relatório de execução do 2.º trimestre 2024, o CF destaca o seguinte:

- O prejuízo de 10,0M€, registado no final do período, representa um desvio desfavorável de 3,6M€ face ao orçamentado para o mesmo período (prejuízo de 6,4M€), em consequência, essencialmente, dos desvios desfavoráveis nos trabalhos para a própria empresa (-99% | -3,4M€)[7] e nas vendas e serviços prestados (-3,3% | -2,3M€)[8]. Da estrutura de gastos operacionais, salienta-se o desvio favorável dos FSE (--6,4% | -1,2M€).

  O prejuízo registado representa uma variação desfavorável face ao prejuízo registado no período homólogo de 2023 (prejuízo de 8,7M€), decorrente da combinação de um conjunto de fatores, destacando-se a variação desfavorável dos gastos com pessoal, em cerca de +3,3M€ (+7,1%), decorrente do aumento do custo do plano de pensões (+1,9M€) face à atualização do estudo atuarial e do impacto da valorização salarial (+1,3M€), decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro.

- O rédito, constituído por receitas tarifárias[9] de 43,6M€, compensações financeiras[10] de 1,1M€, "pagamentos por conta"[11] de 16,9M€ e receitas não tarifárias[12] de 4,1M€, que globalmente ascende a 65,7M€, traduz um desvio desfavorável de 3,3% (-2,3M€) face ao orçamentado para o mesmo período e um aumento de 3,0% (+1,9M€) face ao período homólogo, este último influenciado pelo aumento dos "pagamentos por conta" em +9,7M€ face ao 2.º trimestre de 2023.

  Sobre os "pagamentos por conta" (repartição tarifária dos passes Navegante), sublinha-se que esta receita havia sido orçamentada (para o período) em 2,4M€ e a respetiva execução ascendeu a 16,9M€, em virtude de o orçamento para 2024 considerar o anterior modelo de repartição das receitas, denominado por PART[13].

---

[6] Nos termos do artigo 45.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) e do artigo 451.º do CSC

[7] Relacionado com a baixa execução dos investimentos.

[8] Influenciado, essencialmente, pelo novo modelo de repartição tarifária.

[9] Venda de bilhetes e passes.

[10] Passes sociais (4_18, Sub23 e Social+), gratuitos Lisboa e antigos combatentes.

[11] Com a entrada em vigor em 01/01/2024 do Regulamento n.º 1362-C/2023, de 27/12, que procede à 6.ª alteração do Regulamento n.º 278-A/2019, de 27/3, foram implementadas novas Regras Gerais no Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa, e aprovada uma nova metodologia de repartição pelos operadores das receitas geradas pela venda dos passes Navegante, incluindo a sua autonomização relativamente às receitas provenientes da venda de outros passes e títulos ocasionais. De acordo com este Regulamento, a receita dos passes Navegante fica associada à venda conseguida por cada operador, passando a estar dependente do comportamento da procura.

[12] Venda e personalização de cartões, espaços comerciais, aluguer de espaços e subconcessões.

[13] Programa de Apoio à Redução Tarifária aprovado através do Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro.

- O capital próprio registado a 30 de junho, de 1.937M€, representa um desvio desfavorável de 398,2M€ (-17,1%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, o qual decorre, essencialmente, do desvio na execução das dotações de capital (-345,0M€)[14] e do desvio na execução de "Outras variações no capital próprio" (-49,6M€)[15], este último relacionado com o reconhecimento dos subsídios aos investimentos.

  O Capital Próprio regista uma diminuição de 10,1M€ (-0,5%), face a 31 de dezembro de 2023, por via do impacto do prejuízo registado no período em análise.

- O Ativo registado a 30 de junho, de 5.922M€, representa um desvio desfavorável de 323,0M€ (-5,2%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, em resultado, essencialmente, do desvio desfavorável da rubrica "caixa e depósitos bancários" (-318,1M€), em virtude da não execução do recebimento de dotação de capital para amortização de um financiamento, orçamentado para o final do período (300,0M€)[16], e do desvio da execução dos principais projetos em curso (-44,9M€)

  O aumento do Ativo em 18,9M€ (+0,3%), face a 31 de dezembro de 2023, decorre, essencialmente, da diminuição do saldo de caixa e depósitos à ordem (-36,5M€) e do acréscimo do saldo dos investimentos de ILD (+53,5M€), realçando-se, deste acréscimo (ILD): (i) +29,2M€ de investimentos em curso, e (ii) +25,8M€ de encargos financeiros e variação do *mark-to-market* dos contratos *swap*.

- O Passivo, de 3.985M€, registado no final do período representa um desvio desfavorável de 75,2M€ (+1,9%) face ao orçamentado e aprovado, decorrente, sobretudo, dos desvios registados no passivo ILD (corrente e não corrente), de +45,6M€ (+2,7%)[17], e nos financiamentos obtidos (corrente e não corrente), de +19,4M€ (+ 1,5%)[18].

  O aumento do Passivo em 28,9M€ (+0,7%), face a 31 de dezembro de 2023, resulta, essencialmente, do aumento do passivo ILD (corrente e não corrente) em 19,7M€ (+1%).

3. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS

Atenta a informação constante do ponto 3. do Relatório de execução do 2.º trimestre de 2024, as obrigações legais aplicáveis, o despacho que aprovou o PAO 2024 e as orientações transmitidas aquando da elaboração dos PAO para 2024 (vd. Ponto 1.), salientam-se os seguintes aspetos:

[14] Não se concretizaram os aumentos de capital orçamentados para o período para a amortização do financiamento ABN AMRO, de 300M€, cuja liquidação ocorreu em julho de 2024, tendo o recebimento de dotação de capital ocorrido no mesmo período.

[15] Essencialmente devido ao menor grau de execução dos investimentos subsidiados.

[16] Dotação de capital prevista para a amortização do financiamento ABN AMRO cuja liquidação ocorreu em julho de 2024.

[17] Inclui o impacto da não execução da conversão de dívidas ao Estado (ILD) em Ativo (contas a receber do Estado – ILD).

[18] Inclui o impacto da não execução da conversão de dívidas do Estado em capital.

Autorizações /Orientações	Observações do CF
Extensão até 30/09/2024 do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023/2025. (Despacho aprovação PAO e n.ºs 1, 2 e 3, do artigo 132.º, do DLEO para 2024)	No âmbito da aprovação do PAO 2024 foi autorizado um aumento líquido de 53 trabalhadores (novas contratações), a concretizar até 30 de setembro de 2024. Em 30/06/2024, regista-se -4 trabalhadores, em termos globais e sem considerar os órgãos sociais, face a 31/12/2023 (1.569), devido a atrasos nos processos de contratação aprovados, bem como na substituição de saídas. Esta matéria merece especial atenção/acompanhamento.
Aumento dos Gastos Operacionais até ao limite de 145,9 M€, face a 2023 (Despacho aprovação PAO)	Em 30/06/2024, os gastos operacionais[19] totalizaram 69,2M€, representando um desvio de -1M€ face ao aprovado e projetado para o período e um acréscimo de 4,4 M€ face a igual período de 2023, decorrente do aumento dos gastos com o pessoal, conforme atrás exposto. Com base no orçamentado e aprovado, no período em análise foi dado cumprimento a este requisito
Eficiência Operacional – Rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios, igual ou inferior ao verificado em 2023. (artigo 37.º LOE para 2024 e n.º 1 do artigo 134.º do DLEO de 2024)	Em 30/06/2024, o peso dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN)[20] ascendeu a 106%, o que representa uma menor eficiência operacional face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período (-2,1 p.p.) e ao período homólogo (-3,77 p.p.). Com base no orçamentado e aprovado, no período em análise, não foi dado cumprimento a este requisito.
Programa Pagar a Tempo e Horas - Prazo médio de pagamentos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e Despacho n.º 9870/2009, publicado em 13 de abril)	Em 30/06/2024, o PMP era de 22 dias (menos 23 dias do que o previsto no PAO e mais 7 dias do que o valor registado no final do 2.º trimestre de 2023). Com base no orçamentado e aprovado para o período em análise, foi dado cumprimento a este requisito.
Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho)	Até ao final do 2.º trimestre, o ML tinha fundos disponíveis de 560,6 M€, assumiu compromissos de 479,6 M€ e efetuou pagamentos de 108,6 M€. Em consequência, os fundos disponíveis registam uma variação positiva de 81 M€ e os compromissos assumidos e por pagar ascendem a 371 M€. Assim, o ML não consta da "*Lista das entidades da Administração Central, que se encontram em incumprimento nos termos dos n.ºs 5 e 6 do art.º 7.º do DL 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo DL 99/2015, de 2 de junho*". Em 30/06/2024, a empresa não dispunha de pagamentos em atraso.
Princípio da Unidade de Tesouraria (Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, art.º 28.º do RJSPE, art.º 105.º LOE para 2024 e art.º 91.º do DLEO de 2024 - aguarda Despacho do IGCP)	Em 30/06/2024, o ML possuía 99,1% das suas disponibilidades no Tesouro (147,1 M€). O remanescente (1,3 M€), depositado junto da banca comercial, encontra-se dispensado de cumprimento da UTE por decisão favorável de 26/11/2024 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.

[19] Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com o Pessoal (GcP).

[20] O volume de negócios integra as receitas tarifárias, compensações financeiras, pagamentos por conta e receitas não tarifárias.

Autorizações /Orientações	Observações do CF
Endividamento – Crescimento global limitado a 2 %, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos, face a 2023 (artigo 38.º da LOE para 2024 e artigo 135.º do DLEO 2024)	O ML registou uma variação nula do endividamento, por aplicação da fórmula de cálculo prevista no DLEO para 2024. Até 30/06/2024 não ocorreram alterações no passivo remunerado e no capital social, face a 31/12/2023, e não se registaram novos investimentos com expressão material.

4. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Os contratos celebrados entre 1/04/2024 e 30/06/2024 e publicados, no Portal Base dos Contratos Públicos (pesquisa efetuada em 03/12/2024), totalizaram 62 procedimentos contratuais, num preço contratual global de 14,9 M€. O tipo de procedimento mais expressivo é o concurso público (12,8 M€; 85,9% do total), seguido do ajuste direto de regime geral (1 M€; 6,5 % do total), dos setores especiais (0,8 M€; 5,5% do total) e, por fim, da consulta prévia (0,3 M€; 2%).

Da análise dos dados publicados resulta ainda que:

- O CPV mais relevante é a aquisição de serviços de limpeza (à semelhança do trimestre anterior), abrangendo dois contratos com maior valor de adjudicação, antecedidos de procedimentos por concurso público (Contratos n.ºs 27/2024-ML e 33/2024-ML);
- Dos 9 procedimentos por ajuste direto e consulta prévia, todos foram objeto de publicação, no Portal Base, antes do final do prazo de execução dos contratos[21], em aparente consonância com a regra estabelecida no n.º 3, do art.º 127.º, do Código dos Contratos Públicos, na redação atual[22].

No mesmo período, foram publicados, na 2.ª Série do Diário da República, anúncios referentes a 14 concursos públicos (5 deles resultantes de alterações de anúncios anteriores no mesmo trimestre ou do 1.º trimestre[23]), cujo preço base total ascendeu a 16,8 M€, com destaque para o anúncio n.º 12980/2024, referente à "Aquisição de Serviços de Coordenação, Fiscalização, Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente das Obras do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara", cujo preço base é de 13,5 M€ e foi objeto de publicitação no Jornal Oficial da União Europeia.

[21] Diferença entre a data da celebração do contrato (acrescida do prazo de execução) e a data da publicação no Portal Base.

[22] Este preceito dispõe que: "*…a publicitação referida no n.º 1 é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos*". Por seu turno, o n.º 1 do mesmo preceito estabelece que "*a celebração de quaisquer contratos na sequência de consulta prévia ou ajuste direto deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal dos contratos públicos…*".

[23] Aviso n.º 11933/2024 (alteração do Anúncio n.º 5713/2024, publicado em 28/03/2024), referente à "Empreitada de Conceção e Construção, Aquisição de Veículos e Serviços de Manutenção da Linha Violeta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.", com um preço base de 450 M€.

5. RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO ML

Como já referido, o CF teve também em consideração o Relatório do ROC – 2.º trimestre 2024, que se considera aqui como reproduzido, no qual este identifica os desvios que considera relevantes nos resultados e na situação patrimonial do ML face ao orçamentado, bem como as variações mais significativas (resultados) em relação ao período homólogo.

Do referido relatório destaca-se a seguinte consideração adicional "... *a informação financeira da entidade reportada a 30 de junho de 2024, (…), tem subjacentes registos contabilísticos preparados com os pressupostos contratuais e financeiros, que se mantinham nessa data, e que determinaram as reservas colocadas na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, constante da respetiva Certificação Legal das Contas*".

6. CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o CF emite o presente relatório que reflete o acompanhamento à execução do ML no período que terminou em 30/06/2024.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo às contas no final do 2.º trimestre de 2024 reflete a atividade e o desempenho do ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

O relatório de execução do PAO referente ao período que terminou em 30/06/2024 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF devem ser objeto de divulgação pública e ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do respetivo setor de atividade, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 16 de dezembro de 2024.

O Conselho Fiscal

Presidente	Vogal efetiva	Vogal efetiva